

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REPUBLICA DE CABO VERDE 2012 - 2016



QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA REPUBLICA DE CABO VERDE
(2012- 2016)

INDICE

PREÂMBULO	4
RESUMO EXECUTIVO	6
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	9
Pilar 1: Crescimento e Redução da Pobreza	19
Pilar 2: Consolidação das instituições da democracia e da cidadania	25
Pilar 3: Redução das disparidades e desigualdades	30
Pilar 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas.....	36
CAPÍTULO 3: IMPLEMENTAÇÃO	40
CAPÍTULO 4: MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	45
ANEXO I: Matriz de Resultados	52
ANEXO II: MATRIZ ORÇAMENTAL.....	60
ANEXO III: PLANO DE SEGUIMENTO – AVALIAÇÃO	64

PREÂMBULO

O compromisso do Governo e do Sistema das Nações Unidas é de responder colectivamente e de forma adequada aos desafios de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, com especial ênfase na promoção dos direitos humanos em Cabo Verde.

Cabo Verde reconhece e promove a igualdade e a dignidade dos seres humanos. Reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos humanos – incluindo o direito ao desenvolvimento e o direito de viver em segurança e com dignidade – sem discriminação quanto ao género e origem social, económica, racial, religiosa, política ou ideológica. Todos os cidadãos têm garantido o pleno exercício dos direitos fundamentais, protegidos pela Constituição de 1992, que apoia plenamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cabo Verde assinou e ratificou a maioria das convenções e instrumentos internacionais para a Protecção dos Direitos Humanos. Também assinou a Declaração do Milénio e comprometeu-se a atingir até 2015 os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Cabo Verde, cujo status evoluiu da categoria de “países menos avançados” (PMA) para “países de renda média” (PRM), que acedeu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2008, é uma nação aberta para o mundo e procura a excelência, com uma capacidade de produção reforçada baseada sobre: (i) o desenvolvimento de recursos humanos, (ii) o reforço da infraestrutura física e tecnológica, e (iii) o orgulho de uma identidade nacional e cultural.

Durante a fase de transição, que segue o seu novo estatuto (países de renda média), o país continua a enfrentar desafios a longo prazo. Na verdade, Cabo Verde enfrenta dificuldades constantes devido à falta de recursos naturais (incluindo a água), a fragilidade do seu ambiente e a sua condição insular. Embora a taxa de pobreza em Cabo Verde tenha diminuído consideravelmente e o país esteja no caminho certo para atingir a maioria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, permanecem certas deficiências económicas e sociais. Na verdade, ainda existem desigualdades relacionadas com o género e a idade, bem como as desigualdades rural/urbana. Outro grande desafio continua a ser a importante população de jovens do país: 54% da população de Cabo Verde tem menos de 25 anos.

A Equipa País das Nações Unidas está empenhada em implementar as reformas do Secretário Geral das Nações Unidas em vigor desde 1997. Através da sua abordagem inovadora, “Delivering as One”, a Equipa das Nações Unidas em Cabo Verde apoia os esforços do país sob a liderança do Governo, para promover a inclusão económica e social inclusiva e sustentável, que coloca a ênfase no bem-estar e protecção das gerações presentes e futuras. Além disso, a Equipa País também se comprometeu em apoiar o Governo e ajudar a fim de melhorar as condições de vida de todos os cabo-verdianos.

O Sistema das Nações Unidas trabalha em parceria com o Governo e com todos os intervenientes que contribuem para o desenvolvimento e governação, a fim de fazer progressos significativos nas principais áreas de desenvolvimento humano, incluindo: i) boa governação; ii) luta contra a pobreza, 3) promoção do meio ambiente, iv) o desenvolvimento do capital humano e v) a protecção social.



The image shows two official signatures and stamps. On the left, the signature of Fernando Wahnoni Ferreira is written over a circular stamp of the Ministry of Foreign Affairs and Cooperation of Cabo Verde. On the right, the signature of the UN Resident Coordinator is written over the UN emblem and a stamp for the UN system in Cabo Verde.

Embaixador Fernando Wahnoni Ferreira
Director Nacional dos Assuntos Políticos e de
Cooperação

Coordenadora Residente do Sistema das Nações
Unidas em Cabo Verde

RESUMO EXECUTIVO

O Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) de Cabo Verde para o período 2012-2016 é a resposta do Sistema das Nações Unidas (SNU) às prioridades nacionais, conforme definido no Documento Estratégico para o Crescimento e a Redução da Pobreza (DECRP), políticas e programas sectoriais. Tem como objectivo promover os direitos humanos, a realização dos princípios e valores estabelecidos pela Declaração do Milénio e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e outros compromissos internacionais que o país subscreveu.

O UNDAF 2012-2016 faz parte da Reforma das Nações Unidas a nível do país, garantindo uma resposta colectiva, coerente e integrada da Equipa País às prioridades nacionais. Constitui, com o Plano de Acção da UNDAF que terá como objectivo operacionalizar de forma consistente os resultados estratégicos do UNDAF, o Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde para o referido período.

Com base num entendimento comum da situação e os desafios do país e alinhado com o ciclo de programação nacional para garantir o suporte ideal para o Governo, o UNDAF identifica um conjunto de prioridades que visam contribuir para a consolidação do desenvolvimento equitativo e integrado do país, cuja ambição legítima é evoluir na categoria de países de renda média (PRM). Estas prioridades estão centradas em torno de quatro eixos temáticos, para os quais o SNU dispõe de conhecimentos e de uma vantagem comparativa colectiva:

- 1 - Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza;
- 2 - Consolidação das instituições, da democracia e da cidadania;
- 3 - Redução das desigualdades e promoção da equidade;
- 4 - Sustentabilidade Ambiental e adaptação à mudança climática.

Os temas de género, juventude, ambiente identificados como desafios na análise do país, devem ser abordados em todas as eixos do UNDAF. Enquanto isso, dada a fragilidade ambiental de Cabo Verde e a necessidade de implementação de intervenções prioritárias, o SNU desenvolveu um eixo específico para as questões ambientais. Além disso, o programa irá incorporar de forma transversal abordagens baseadas nos direitos humanos e género e

reflectir o tema do HIV/SIDA, aproveitando os benefícios da comunicação e do voluntariado para a divulgação desses temas.

Os resultados determinados para cada um desses pilares são definidos de acordo com os princípios interrelacionados de programação das Nações Unidas: gestão centrada nos resultados, a abordagem baseada nos direitos humanos, igualdade de género, sustentabilidade de recursos ambientais e de desenvolvimento. Reflectem, por um lado, as prioridades nacionais e, por outro, a vantagem comparativa do SNU em Cabo Verde e são complementares às intervenções de outros parceiros de desenvolvimento. Ao formular esses resultados estratégicos, foi dedicada especial atenção às necessidades das populações vulneráveis e da criação de igualdade de oportunidades, de modo a gradualmente fazer valer os seus direitos. Com base na análise efectuada e a fim de gerir adequadamente as muitas transições do país, serão adoptados três níveis de intervenção: i) macro, ao nível de desenvolvimento de políticas e de programas; ii) meso, ao nível do reforço de sistemas e capacidades institucionais e iii) micro, ao nível de intervenções específicas e reforço das capacidades locais, individuais e da comunidade.

A implementação do UNDAF será guiada pela promoção dos objectivos e princípios da eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento definidos pela Declaração de Paris e do Agenda de acção de Accra. Além disso, um único documento, o Plano de Acção do UNDAF, será o quadro de responsabilização das agências do SNU e dos seus parceiros para promover a implementação do UNDAF.

O SNU estima que serão necessários cerca de 93 milhões de dólares nos próximos cinco anos para atingir os objectivos do UNDAF. Este montante indicativo inclui os recursos próprios das agências do SNU e aqueles que a Equipa País conta mobilizar com o apoio do Governo a partir de recursos externos.

Definir uma agenda para ajudar o país a lidar com grandes desafios de desenvolvimento é uma tarefa complexa. No entanto, as Nações Unidas ainda podem fazer a diferença em alguns países que têm as potencialidades, mas também os problemas importantes, apoiando-os, a fim

de otimizar o uso dos seus recursos e melhorar a qualidade de vida dos seres humanos que ainda têm direitos limitados. Na verdade, apesar das reformas profundas, a desigualdade – entre ricos e pobres, homens e mulheres e entre as regiões – permanece uma característica nacional. As contribuições das Nações Unidas para promover o desenvolvimento humano exigirão esforços concentrados em questões que podem ajudar a transformar esse cenário e promover a inclusão social dos mais vulneráveis.



CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Contexto

Pobre em recursos naturais, Cabo Verde é uma pequena nação insular, que consiste em 10 ilhas que se estendem por 4.033 km quadrados de rocha vulcânica em grande parte estéreis. Independente desde 1975, Cabo Verde saiu da lista de países menos desenvolvidos em 2008, o segundo país a alcançar este resultado. O país está no caminho certo para cumprir a maioria dos ODM até 2015, particularmente no domínio da educação e saúde e vários dos seus indicadores de desenvolvimento já são exceções na região. No entanto, apesar das melhorias dramáticas, Cabo Verde continua a enfrentar uma vulnerabilidade estrutural da economia: as diferenças regionais, mas também urbanas/rurais persistem para a maioria das metas dos ODM e indicadores propostos, particularmente no domínio da pobreza e acesso à água e saneamento.

Nos últimos anos, os desempenhos económicos de Cabo Verde foram apoiados, com uma taxa de crescimento real estimada em 10,8% em 2006 e continuou além dos 5% desde então. O PIB real per capita aumentou de 902 USD em 1990 para 3.206 dólares em 2008, enquanto a taxa de pobreza diminuiu 49% em 1990 para 27% em 2007. A pobreza afeta especialmente as mulheres, chefes de família (33%), com uma maior incidência em áreas rurais (44%) em relação às áreas urbanas (13%). Além disso, embora dados recentes não estejam disponíveis, uma revisão do índice de GINI mostra uma tendência de 0,43 em 1998 para 0,47 em 2007, após um pico de 0,53 em 2002.

Segundo o censo de 2010, a população residente total é de 491,875 habitantes, 54% dos jovens menores de 24 anos. O crescimento anual da população é de 1,2%. Em 2010, a esperança de vida á nascença foi estimada em 77 anos para mulheres e 69 anos para os homens. A taxa de mortalidade infantil caiu de 57,9 por mil em 1995 para 20,1 por mil em 2009, mas a mortalidade neonatal representa ainda 68% da mortalidade infantil. Da mesma

forma, apesar dos progressos realizados em termos de proporção de partos (55% em 1998 para 87% em 2007), a taxa de mortalidade materna permanece em 53,7 / 100 000¹.

Em 2009, 22,6% das adolescentes entre 15-19 anos estavam grávidas. A prevalência de HIV em 2005 foi de 0,8% e os dados de 2010 mostram uma maior prevalência em grupos específicos.

O acesso à educação primária é universal, tanto para meninas como para meninos. No entanto, a qualidade da educação continua a ser uma preocupação das autoridades.

O sector de serviços emprega a maioria da força de trabalho enquanto o setor agrícola (agricultura, silvicultura, pecuária) absorve apenas 12% da força de trabalho total empregada. Dois principais motores da economia, turismo e remessas, estão muito dependentes do clima financeiro mundial. A taxa de desemprego, que equivale a 10,7%², é uma preocupação constante, especialmente para jovens de 15-24 anos, com um desequilíbrio significativo entre homens e mulheres (18,3 % para os homens e 25,5% para mulheres). O sector informal, que empregava apenas 18% da população em 2009 continua a ser a maior fonte de novos empregos.

As diferenças de género são particularmente importantes, dada a proporção de mulheres chefes de famílias em todas as famílias (48% em 2010) e, mais particularmente entre as famílias pobres (56%). As mulheres são, sem dúvida, o principal meio de subsídio às necessidades da família e, muitas vezes, a única pessoa responsável por uma maioria de crianças do país. Em geral, as mulheres representam 52,5% dos trabalhadores do sector informal e recebem salários duas vezes inferiores aos dos homens. Em termos de participação política, existe paridade no poder executivo, mas ainda modesta a nível legislativo e municipal (as mulheres representam quase um quinto dos lugares elegíveis). Violência baseada em género é igualmente cada vez mais uma grande preocupação.

¹ Relatório Estatístico do Ministério da Saúde 2009

² CENSO 2010 – www.ine.cv

Cabo Verde é um exemplo perfeito de países vulneráveis à mudança climática. A insularidade e as características do clima podem ter graves impactos sobre os ecossistemas já sensíveis e pode inverter significativamente os progressos realizados no que diz respeito ao

desenvolvimento e a redução da pobreza. O tema da mudança climática não está suficientemente integrado no processo de desenvolvimento nacional, que permita a redução dos riscos climáticos e o reforço da capacidade de resistência e de adaptação do país, tendo em conta as causas subjacentes da vulnerabilidade, incluindo as relativas às desigualdades de género.

Os principais factores que contribuem para a transformação de Cabo Verde são a boa governação, as instituições democráticas sólidas, processos eleitorais transparentes e participativos e meios de comunicação livres. A agenda ambiciosa de transformar o país pretende construir uma economia dinâmica, onde o crescimento pode ser sustentado, onde o sector privado é inovador, competitivo e gerador de empregos e onde as instituições reguladoras são reforçadas. As autoridades deram início a um programa nacional de reforma para suprir as lacunas em termos de capacidade que permanecem na administração pública.

Paradoxalmente, a mudança do estatuto do país, e face à persistência das vulnerabilidades económicas, persistem também constrangimentos e novos desafios. O compromisso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a parceria especial com a União Europeia e a sua crescente integração na economia global – representativos de um potencial de crescimento e desenvolvimento) – exigem um aumento da competitividade e capacidade de inovação crescentes envolvendo necessariamente mudanças estruturais, mantendo um nível adequado de recursos públicos para apoiar os serviços à comunidade. Neste contexto de crescente competitividade internacional e redução rápida no domínio fiscal, muitos desafios permanecem a curto e médio prazo, incluindo: i) desenvolvimento de um turismo gerador de riqueza, ii) uma gestão prudente da dívida, iii) melhoria da contribuição da agricultura para o crescimento; iv) a mobilização de recursos internos (humanos e financeiros), mas também da diáspora; vi) ampliação da base produtiva, a fim de limitar a dependência e v) promoção dos investimentos até ao momento intimamente relacionados com o sector do turismo.

Cabo Verde é um país em transição, confrontado com uma dupla exigência de consolidar os ganhos de um lado, e um salto qualitativo necessário, por outro lado, capaz de construir uma solução equitativa, integrada e sustentável.

Ciente desses desafios, em 2011 as autoridades cabo-verdianas decidiram desenvolver o terceiro Documento Estratégico para o Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) para 2012-2016, cujo objectivo será eliminar as fraquezas restantes para garantirem o desenvolvimento harmonioso desta nação emergente.

Processo de formulação do UNDAF

Ansioso para garantir a harmonização entre os ciclos de programação nacional e os das Nações Unidas para beneficiar o posicionamento ideal de ajuda ao governo relativamente aos desafios que enfrenta e, tendo em conta atrasos necessários para o desenvolvimento do Quadro para a Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) e documentos relacionados, as autoridades cabo-verdianas e a Equipe País comprometeram-se em 2010 a desenvolver o Segundo Programa Único das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento para o período de 2012-2016.

O "Comité de Pilotagem do Programa Único", responsável pela implementação da reforma das Nações Unidas em resposta aos ODM a nível nacional e a harmonização do programa original com prioridades estratégicas nacionais – como definido na quadro nacional de desenvolvimento – validou o roteiro do UNDAF em Abril de 2010. O primeiro passo que leva à validação do Quadro Programático das Nações Unidas, os pormenores do roteiro, a opção do Governo e do SNU quanto ao papel que este último terá na análise da situação, precisa o processo para a identificação da vantagem comparativa dos SNU em Cabo Verde e os métodos utilizados para determinar a priorização estratégica, a formulação dos resultados do programa e resultados da matriz de desenvolvimento que irá monitorar o progresso em direcção aos resultados definidos em conjunto.

O Programa Único 2008-2011, derivado do UNDAF 2006-2010, está estruturado com base em quatro pilares estratégicas que reflectem as prioridades nacionais, tal como definido no DECRP. Com base na experiência e perspectiva de continuidade e de consolidação, a mesma

abordagem foi adoptada para a estrutura do UNDAF 2012-2016, em resposta às prioridades nacionais, identificadas com o Governo, priorizando intervenções conjuntas inter agências.

Quanto à análise da situação, os parceiros acordaram em organizar uma revisão dos dados disponíveis para identificar e preencher as lacunas. Depois de analisar estes dados, as Nações

Unidas, em conformidade com os seus mandatos, optou por introduzir os temas de protecção e promoção dos direitos humanos e compromissos internacionais.

Com base na análise da situação assim concluída, os intervenientes identificaram os cinco principais desafios a resolver em conjunto nos próximos anos, nomeadamente: i) competitividade e emprego; ii) a redução da pobreza e da desigualdade; iii) optimização do "capital jovem"; iv) a sustentabilidade ambiental; v) consolidação das instituições e da cidadania.

A determinação da vantagem comparativa do SNU foi feita com base em análises internas e externas dos pontos fortes e fracos de Cabo Verde e os desafios e oportunidades ligadas ao contexto país.

A análise permitiu destacar as seguintes vantagens comparativas:

- Apoio à formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento;
- Suporte / orientação técnica e normativa, definição de padrões e normas, controles de qualidade;
- Reforço das capacidades nacionais a nível central e descentralizado e particularmente das capacidades do Governo na gestão e optimização dos recursos;
- Suporte para o dimensionamento de programas baseados em evidências e resultados;
- Promoção de parcerias entre todos os intervenientes (por causa da imparcialidade das Nações Unidas como mediador ideal e facilitador de parcerias);
- Capacidade de um diálogo político de alto nível;
- Capacidade de mobilização de recursos;
- Capacidade de mobilização de especialistas internacionais de alto nível.

Face aos desafios prioridades, por um lado e com a vantagem comparativa das Nações Unidas

por outro, os parceiros acordaram que o SNU incidirá nas seguintes áreas prioritárias: i) crescimento inclusivo e a redução da pobreza, ii) reforço da capacidade institucional, a

democracia e a cidadania; iii) redução das disparidades e promoção da equidade; iv) a sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas.

Os temas da juventude, género e os desafios ambientais identificados como desafios na análise do país, devem ser abordados em todas as áreas do UNDAF. Enquanto isso, tendo em conta a fragilidade ambiental do país e as prioridades de ação para implementar, foi previsto um pilar específico pelos SNU para tratar de questões ambientais. O programa irá incorporar de forma transversal abordagens aos direitos humanos e género, bem como a inclusão de HIV / SIDA, aproveitando os benefícios da comunicação para a divulgação desses temas e sobre o voluntariado.

O UNDAF conta com os benefícios derivados de comunicação para o desenvolvimento de modo que todos os sectores da sociedade podem, através de vários meios de comunicação, ter acesso à informação adequada apoiando a participação da população, nomeadamente: i) comunidades, a nível micro, ii) a instituições de nível meso e iii) os decisores políticos a nível macro.

O UNDAF também se baseia nas vantagens do voluntariado e participação cívica activa, como instrumentos para transformar a dinâmica e a natureza do desenvolvimento, mas também como um meio para garantir o respeito e a promoção dos Direitos Humanos e a autonomia dos indivíduos e comunidades. O reforço do papel e da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento, por conseguinte permitirá assegurar, a médio e longo prazo, maior sustentabilidade das intervenções, o benefício dos indivíduos, bem como a sociedade em geral.

Grupos de trabalho compostos por representantes de instituições nacionais, da sociedade civil, municípios e SNU foram criados em torno das quatro áreas de cooperação identificadas na

formulação dos resultados do UNDAF. Os trabalhos feitos neste sentido foram realizados de acordo com cinco princípios programáticos: i) a abordagem baseada nos direitos humanos, ii) a gestão por resultados, iii) a igualdade no género iv) sustentabilidade ambiental e v) o reforço das capacidades.

As matrizes dos resultados do UNDAF 2012-2016 pormenorizam os resultados estratégicos para cada área de intervenção. Trata-se de resultados de desenvolvimento que visam mudanças no quadro político de desenvolvimento, do desempenho institucional e

comportamentos. No final do ciclo, os detentores de direitos alvo de intervenções SNU serão capazes de reivindicar os seus direitos e as instituições e, de atender às suas obrigações. Os resultados estratégicos do UNDAF são o produto da colaboração entre o SNU, o Governo e os parceiros.

Os resultados em termos de produtos ou serviços adequados que os beneficiários receberão da implementação da intervenção, as mudanças operacionais e novas competências ou habilidades adquiridas, serão definidos durante o desenvolvimento do Plano de Acção em termos de produto, que irá ocorrer durante o primeiro semestre de 2012.

As matrizes foram validadas durante o seminário de validação com todos os intervenientes (incluindo Parceiros Técnicos e Financeiros), e na reunião do Comité de Pilotagem do "One Programme".

O projecto de relatório do UNDAF foi partilhado em Abril de 2011 com o Grupo de Pares da Equipe de Directores Regionais das Nações Unidas, responsável por garantir a qualidade do processo e os documentos do UNDAF. Os seus comentários foram considerados na última versão do documento apresentado às autoridades cabo-verdianas para aprovação.

O UNDAF representa o resultado final de um intenso trabalho entre agências e o Governo e reflecte a maturidade da Equipa País bem como o enorme potencial para a cooperação futura.



CAPÍTULO 2: RESULTADOS DO UNDAF

Com base na análise da situação do país que foi desenvolvida a partir de estudos e avaliações existentes e completada mais tarde pelas NU, foram identificados os principais desafios e permitiram a definição de áreas prioritárias de intervenção das NU para os próximos cinco anos.

Prioridades nacionais / DECRP

Aos documentos nacionais de referência para o planeamento estratégico 2011-2016, junta-se o segundo documento de estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza 2008-2011 (DECRP II), Agenda de transformação Económica e o novo Programa do Governo 2011 -2016. Serão complementados pelo novo DECRP III cuja preparação já começou e vai orientar as estratégias nacionais no período 2012-2016.

Em particular, o Programa do novo Governo eleito em 2011 representa o documento programático mais recente e actual. A visão estratégica do país nos próximos cinco anos está concentrada no desenvolvimento de uma parceria para a competitividade, através de uma economia dinâmica, inovadora, inclusiva e de um sector privado forte, competitivo, capaz de enfrentar os desafios e as demandas internas que gera empregos e pode ajudar a reduzir as assimetrias relacionadas com o crescimento económico regional e aumentar o desenvolvimento social e económico.

Cabo Verde pretende tornar-se um centro internacional de serviços e pretende reforçar a sua competitividade global através da criação de "Clusters de Desenvolvimento Nacional", como o mar, o céu, as tecnologias da Informação, e comunicação, finanças, turismo, energias renováveis, cultura/indústria criativa.

A implementação de "Clusters" e sua consolidação irá estimular o crescimento económico e reduzir a pobreza a nível nacional, regional e local.

O programa também identifica um conjunto de intervenções prioritárias:

- Reforço do capital humano, para torná-lo mais adequado às novas exigências do desenvolvimento nacional, através de um maior investimento em educação, saúde, desporto e formação profissional;
- Reforço e consolidação da boa governação, com foco na reforma do Estado;
- Descentralização dos serviços a nível municipal e local;
- A segurança nacional de pessoas e bens;
- Inovação da justiça;
- Adequação do nível de planeamento e regulamentação territoriais aos desafios regulatórios impostos pela urbanização cada vez mais intensa;
- A inspecção e o controlo das intervenções públicas, sociedade civil e sector privado;
- A protecção do meio ambiente;
- A estabilidade macroeconómica do país;
- O bem-estar de populações específicas e parcerias externas para enfrentar os desafios do país.

As Nações Unidas, através do novo UNDAF 2012-2016, intervêm em diversas áreas para alinhar com as prioridades nacionais e promover: i) um crescimento económico inclusivo e redutor da pobreza entre as populações mais vulneráveis, ii) reforço e consolidação das instituições, a democracia e da cidadania; iii) redução das disparidades e desigualdades, ainda presente em alguns sectores da população e iv) a sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças climáticas no mundo em mutação. Os pilares complementam-se mútua e estrategicamente

com as prioridades nacionais estabelecidas nos documentos estratégicos desenvolvidos e aprovados pelas autoridades competentes.

Para a gestão adequada de múltiplas transições do país, o sistema de apoio das Nações Unidas será concedido em três níveis: i) macro, ao nível do desenvolvimento de políticas e programas; ii) meso, ao nível de reforço dos sistemas e de capacidades institucionais, iii) micro, ao nível das intervenções específicas e do reforço das capacidades locais, individuais e da comunidade.

Cabo Verde está ainda a enfrentar problemas consideráveis para garantir que todos os cidadãos participam numa sociedade mais inclusiva num contexto de desenvolvimento sustentável. Para este fim, as Nações Unidas podem fazer a diferença e apoiar o país para que possa otimizar o uso dos seus recursos humanos, técnicos e financeiros a fim de melhorar a qualidade de vida da população local.



Pilar 1: Crescimento e Redução da Pobreza

Análise da situação

A manutenção de um crescimento elevado e gerador de emprego é de suma importância para os decisores políticos do país. De fato, os desempenhos económicos de Cabo Verde foram apoiados, com uma taxa de crescimento real de 10,8% em 2006, e mantido além dos 5% desde então, apesar da queda registada em 2009³.

A economia é agora baseada em serviços, agricultura (incluindo o sector das pescas), representando menos de 10% do PIB, enquanto as receitas do turismo (60% dos serviços) representavam 19,4% do PIB em 2008. No entanto, a agricultura e pescas conta com 30% da população ocupada (ISE 2006). Além disso, mais de 50% da população rural (homens e mulheres), dependem total ou parcialmente da agricultura, pecuária e pesca como principal meio de subsistência. O sector da indústria representa apenas 6,7% do PIB (comparado com a contribuição de 20% do PIB constatado em média em África) e perdeu o seu peso últimos 10 anos. O sector mostra uma alta concentração de produtos exportados e dos países de destino, especificamente, 90% das exportações estão relacionados com a "transformação do pescado", indústria têxtil e de calçados e 90% das exportações é usado para Portugal e Espanha.

As elevadas taxas de crescimento nos últimos cinco anos não são traduzidas significativamente por uma criação de riqueza. A pobreza permanece um fenómeno rural (44% rural e 13% urbana); da população resultante deste ambiente parece ter pouco beneficiado desse crescimento (em 2007, 72% dos pobres do país vivem em áreas rurais, contra 63% em 2002⁴). 46% por cento das famílias pobres têm agora um chefe de família trabalhador agrícola por sua

³ O impacto da crise foi amortecido em Cabo Verde, devido ao forte crescimento (uma média de 8,6% do PIB para os anos 2005-2006-2007) para o crescimento económico positivo, mas a uma taxa inferior média dos anos de 2008 e 2009. Fonte: Relatório sobre os ODM. Ver também Anexo 2: Projeções do PIB e seus componentes (por volume) - 2007-2010

⁴ QUIBB 2007 – INE www.ine.cv

conta e um estudo realizado pelos IFPRI / CEDEAO⁵ indica que cada ponto de redução na taxa de pobreza resultaria para ¾ de progresso em áreas rurais, incluindo pesca, agricultura, pecuária). 56% das famílias pobres são chefiadas por mulheres e beneficiaram igualmente do crescimento em menor escala. Na verdade, a redução total de 10% da pobreza é visível especialmente para famílias com chefes masculinos com cerca de quase 26% as famílias atingidas pela pobreza em 2001, contra 21% em 2007, enquanto para as famílias com chefes do sexo feminino a taxa de pobreza aumentou de 31% em 2001 para 33% em 2007. A ilha de Santiago acolhe 58% dos pobres a nível nacional (11% na Praia e 47% no resto dos municípios) e os 7 municípios da ilha, que têm uma taxa de pobreza acima da média nacional, têm também uma percentagem de mulheres chefes de famílias bem acima da média nacional (48%), máximo de 62% de líderes femininas. Os dados sobre a pobreza em Cabo Verde (2001/02) mostram uma grande desigualdade entre homens e mulheres.

A taxa de desemprego passou de 15,3% em 2007 para 10,7% em 2010⁶ e a prevalência foi de 11,8% em áreas urbanas contra 8,4% nas áreas rurais. No geral, a precariedade do mercado de trabalho continua a ser uma realidade para 71,3% dos cabo-verdianos e cabo-verdianas a trabalhar sem contrato de trabalho, esta percentagem tinha aumentado para 87% em áreas rurais. A taxa de sub emprego foi de 4,4% (4,1% para fins urbanos e 4,8% para as áreas rurais)⁷.

Embora o sector informal empregasse apenas 18% da população ativa ocupada, em 2009, continua a ser, de longe, o maior empregador com mais de 16.000 empregos, seguido pelas empresas formais privadas (6.000 empregos), empresas familiares (4000) e administração (3600)⁸.

No entanto, a sustentabilidade dos empregos assim criados não está suficientemente documentada, com 6.924 micro-empresários que perderam os seus empregos entre 2006 e 2008. 52,5% dos trabalhadores do setor informal são mulheres (76% no comércio), 50% dos empregados no sector informal têm uma renda mensal inferior a 11.800 CVE para mais de 44

⁵ *Crescimento agrícola, redução da pobreza e segurança alimentar: Desempenho actual e perspectivas - Departamento da Agricultura, Ambiente e dos Recursos Hídricos Política Agrícola Regional (ECOWAP) e Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos de Cabo Verde*

⁶ CENSO 2010.- INE www.ine.cv

⁷ Inquérito ao Emprego e Sector Informal 2009 - INE

⁸ Relatório Ministério das Finanças

horas de trabalho por semana. Em geral, o rendimento das mulheres é duas vezes inferior ao dos homens.

Um notável crescimento do país é sobre a evolução das taxas de alfabetização. No momento da independência, Cabo Verde contava mais de 70% de analfabetismo entre a população,

enquanto em 2010 a taxa de alfabetização atingiu 82,8% dos jovens de 15 anos e mais (77,3% das mulheres e 88,5% dos homens, com taxas mais baixas nas áreas rurais - quase 68% das mulheres e 83% dos homens)⁹. Hoje, apenas 4% dos 15-24 anos são analfabetos. No entanto, os dados disponíveis para 2009 indicam que apesar dos progressos significativos e rápidos, 42% das mulheres que trabalham e 50% dos homens ainda têm uma educação de nível primário certamente insuficiente para sustentar, pelo menos em curto prazo ambições de competitividade e de integração económica do país. Neste contexto, o desafio é transformar o capital humano qualitativo, mas também a curto e médio prazo, para manter e gerar um conjunto de postos de trabalho para permitir à população activa existente ter acesso a um emprego e salário digno.

Foi estabelecido um sistema de protecção social desde 1957 e as novas leis que regem a protecção social, foram aprovadas desde 2003 (incluindo para a economia informal) através de mecanismos voluntários de base. Os trabalhadores da administração pública foram incluídos a partir de 2009. No entanto, 73,3% da população rural e 57,2% da população urbana não dispõem de qualquer cobertura de seguro social ou outro.

Cabo Verde tem que definir, como parte de sua próxima DECRP, políticas macroeconómicas e mudanças estruturais destinadas a reduzir a pobreza e geração de empregos decentes, susceptíveis de multiplicarem efeitos sobre a produtividade, a competitividade e melhoria contínua das condições de vida da sua população. Apesar das reformas levadas a cabo, as instituições de Cabo Verde exigem capacitação, especialmente no que diz respeito à reestruturação do comércio e apoio do sector privado, com particular ênfase para pequenas e médias empresas (PME), a fim de aumentar a sua competitividade económica. Da mesma

⁹ Censo 2010 - INE

forma, a capacidade de desenvolver e implementar políticas baseadas em dados estatísticos devem ser fornecidas de forma sistemática, garantindo também a identificação de opções

políticas orientadas para a redução da pobreza e monitoramento de vulnerabilidades, ênfase na equidade de género. Como parte da redução do orçamento, o financiamento sustentável para os sectores sociais é um desafio e prioridade.

A regulação económica e a integração dinâmica dos países na economia global bem como a internacionalização dos serviços e a sua competitividade e a luta contra a insegurança alimentar e a subnutrição são também áreas prioritárias para o Governo. Cabo Verde continua a sua integração na economia mundial (adesão à OMC, a Parceria Especial com a União Europeia e a criação da Região da Macaronésia) e na sub-região da CEDEAO. A implementação do sistema nacional de qualidade pelo Instituto Nacional para a qualidade é um compromisso maior por parte do Governo.

Vantagem comparativa do SNU

O SNU têm uma vantagem comparativa em matéria de plaidoyer e apoio técnica ao Governo nas seguintes áreas: i) desenvolvimento de políticas e estratégias para alcançar os ODM; ii) apoio aos pequenos e médios agricultores e empresários, iii) a promoção do espírito empresarial e um ambiente propício para desenvolvimento do sector privado, iv) a integração de Cabo Verde na economia mundial, e v) procurar opções técnicas e políticas para reduzir a pobreza e vulnerabilidade. O SNU colocará ao serviço do Governo a sua capacidade de mobilizar os parceiros sociais e a sua experiência no reforço da capacitação comercial para uma globalização mais inclusiva.

Resultados propostos

Tendo em conta as prioridades nacionais e a vantagem comparativa do SNU, os resultados propostos terão como objectivo:

- Apoiar o Governo na formulação, implementação e seguimento das políticas e programas de desenvolvimento e redução da pobreza, oferecendo igualdade de oportunidades e equidade económica para as populações vulneráveis - especialmente as mulheres nas zonas rurais e os jovens sem emprego - e à sustentabilidade do meio ambiente;

- Melhorar a contribuição das micro, pequenas e médias empresas (incluindo o empreendedorismo das mulheres e jovens) para o crescimento, competitividade e emprego digno, através de um maior acesso aos mercados e serviços, bem como apoio

- técnico e financeiro e assegurar o seguimento da sua contribuição para o crescimento económico e a criação de emprego;
- Aumentar o acesso dos jovens e das mulheres desfavorecidos, nas áreas rurais e urbanas, de empregos decentes e programas sustentáveis e inclusivos de promoção da produção e produtividade.

Para alcançar estes resultados, a contribuição das Nações Unidas vai privilegiar o desenvolvimento do quadro legal e normativo (incluindo a melhoria do clima de negócios), bem como a definição de estratégias, programas e políticas adequadas, garantindo o fortalecimento das capacidades e qualificação/requalificação profissional.

O apoio será principalmente sob a forma de serviços de alto nível de consultoria, inclusive sobre a pobreza, a vulnerabilidade, equidade e análise da evolução das questões demográficas para chegar a um programa político de integração macroeconómica e sectorial. A assistência técnica de alto nível também vai incidir sobre as PME (incluindo as PME nas zonas rurais) em termos de capacitação, bem como acesso a serviços de apoio, a fim de contribuir mais eficazmente para a criação de emprego e crescimento económico.

Parceria

Como parte da sua contribuição para a luta contra a pobreza e a promoção do crescimento inclusivo, as NU trabalharão em estreita colaboração com as instituições nacionais, por um lado, especialmente com as encarregues da análise e do planeamento estratégico a médio e

longo prazo e com parceiros técnicos e financeiros, multilaterais e bilaterais. A parceria estará focalizada na mobilização de recursos financeiros e outros, favorecendo também a mobilização de actores do sector privado e beneficiários, bem como indivíduos e as organizações da sociedade civil.



Pilar 2: Consolidação das instituições da democracia e da cidadania

Análise da situação

As questões de desenvolvimento continuarão nos próximos tempos a impor uma forte pressão sobre o governo para manter o equilíbrio macroeconómico e a melhoria das condições de vida das populações. Entre os factores que contribuíram para a transformação de Cabo Verde incluem a boa governação, a existência de instituições democráticas e de controlo, um processo eleitoral transparente e participativo e de uma imprensa pluralista e livre. O país registou uma evolução positiva no processo de descentralização, com uma forte autoridade local, uma autonomia administrativa e financeira dos municípios e da emergência de uma sociedade civil organizada.

Em termos de segurança – um pré-requisito para o exercício da liberdade e da cidadania numa sociedade democrática, o aumento da violência (particularmente urbana) e consumo local de drogas, requerem uma acção orientada para a capacidade de resposta das instituições, autoridades judiciais e policiais, mas também para o reforço de programas de prevenção (incluindo HIV /SIDA), com ênfase na juventude. Esses fenómenos afectam principalmente a população masculina e jovens desempregados e têm consequências sobre o tecido social de Cabo Verde, levando o Estado a tomar medidas para melhor compreender a magnitude de tais eventos e planear intervenções mais eficazes.

A propagação da violência no tecido social de Cabo Verde tem um impacto significativo sobre as relações de género. No espaço doméstico, 1 em cada 5 mulheres já sofreu pelo menos um episódio de violência, agravada pelo consumo de álcool (42% dos parceiros agressores fazem uso com frequência). O número de jovens expostos a modelos de comportamento violento é cada vez mais alto, especialmente em áreas urbanas (taxa de violência doméstica, de 30% para a capital Praia). Problemas em assentamentos informais, expansão e fragmentação do tecido urbano e social, falta de oportunidades de emprego (especialmente entre os jovens) e crescente desigualdade social são os temas da agenda de coesão social.

As autoridades iniciaram um importante programa de reforma do Estado, para suprir as deficiências ainda existentes na capacidade institucional para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável do país. As lacunas permanecem, tanto em termos de enquadramento jurídico, como da capacidade e recursos para a descentralização efectiva e claramente separada do processo de descentralização administrativa.

A consolidação das capacidades do Estado é um desafio em si mesmo, para ajudar a promover uma visão de desenvolvimento - incluindo a sua dimensão territorial, para mobilizar recursos para atingir os objectivos e assegurar a alocação e utilização eficiente dos recursos para esta finalidade. Além disso, a participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento na sua dimensão estratégica e intervenção a vários níveis poderá assegurar um envolvimento acrescido e inclusivo dos intervenientes, especialmente mulheres e jovens. Também deve ser notado que, com o apoio do Sistema das Nações Unidas, o Governo de Cabo Verde aprovou uma lei sobre voluntariado tornando-se um dos poucos países em África a ter um instrumento legal, que contribuirá para um melhor envolvimento dos cidadãos no processo de desenvolvimento.

A situação da administração pública caracteriza-se pela persistência de dificuldades significativas em termos de consistência de diferentes ferramentas para o planeamento e orçamento, em particular, do DECRP ao quadro de despesas a médio prazo (global e sectorial) e aos orçamentos anuais; estas dificuldades estão relacionadas com aspectos do conceito e processo. Além disso, a falta de capacidade técnica mantém a integração das questões transversais do DECRP (tais como género, direitos humanos e jovens) muito marginal, na formulação, implementação e avaliação de políticas e programas nacionais. Além disso, apesar da melhoria da produção estatística, em termos qualitativos e quantitativos, ainda há pontos fracos na análise, sistematização e integração dos dados em diferentes documentos estratégicos do país.

Dentro deste quadro de produção estatística de qualidade, o seguimento e avaliação de políticas e programas, torna-se um requisito fundamental no planeamento eficaz e eficiente, ligada às necessidades reais de Cabo Verde, num momento em que o salto qualitativo

requerido pelo país é melhorar a identificação das suas políticas e programas que correspondem ao seu estatuto de país de rendimento médio.

O aparelho judiciário, caracterizado por limitação de recursos humanos e capacidade técnica relativamente baixas, está a lutar para apoiar os esforços de modernização. A morosidade dos processos e a complicação da burocracia não são conducentes a um serviço justo e de qualidade. Estas dificuldades institucionais são também encontradas nas principais instituições de controlo, caracterizados por uma capacidade limitada e por dificuldades para desempenhar o seu papel pilar da democracia. Isso aplica-se a instituições mais intimamente relacionadas ao controlo da gestão pública, como o Tribunal de Contas. A conclusão geral é a fraca capacidade institucional da administração pública a nível central e local, para assegurar o planeamento, monitoramento e avaliação de intervenções sistemáticas e eficientes, o que exige intervenções específicas nesse sentido para reforço dessas instituições.

A localização geoestratégica de Cabo Verde requer uma atenção especial sobre os desafios associados ao desenvolvimento do terrorismo internacional, o branqueamento de capitais, o tráfico de seres humanos e de drogas. Para lidar com estes fenómenos, deve ser considerada uma abordagem de precaução, incluindo a continuação da ratificação dos instrumentos internacionais, a incorporação dessas obrigações internacionais para o direito nacional e não apenas a capacidade do sector da justiça, mas também cooperação neste sector.

Vantagem comparativa do SNU

As prioridades do Governo para os próximos cinco anos terão como alvo vários aspectos, tais como: i) o reforço do Estado de Direito democrático, as instituições democráticas, cidadania e participação na dinâmica do desenvolvimento do país, ii) a transformação do país numa sociedade moderna, a informação baseada no conhecimento e inovação tecnológica, iii) o reforço da qualidade e eficiência da justiça, negócios jurídicos e económico e iv) a modernização da administração pública. O SNU possui uma vantagem comparativa no campo de apoio ao governo para reforçar a sua capacidade de planeamento, monitoramento e implementação de políticas de desenvolvimento.

No que respeita ao reforço das instituições democráticas, o SNU, considerando a sua imparcialidade, está bem colocado para apoiar não só o diálogo nacional, mas também instituições de controlo e do Parlamento. Na verdade, SNU tem uma reconhecida experiência

na promoção da participação da sociedade civil e uma vantagem comparativa em suporte técnico e apoio para a implementação dos direitos humanos internacionais. Finalmente, irá também disponibilizar às autoridades cabo-verdianas a sua competência técnica na luta contra as drogas, prevenção da criminalidade, justiça penal e da promoção do Estado de direito, bem como a vasta experiência adquirida na promoção e facilitação da cooperação internacional em matéria penal.

Resultados propostos

Tendo em conta estes factores, as intervenções do SNU serão focalizadas sobre:

- Apoio às autoridades nacionais, instituições locais e de controlo para aumentar a eficácia dessas instituições nas áreas de planeamento, implementação e monitoramento e do seguimento da avaliação de políticas e programas de desenvolvimento sensíveis à equidade;
- Reforço das capacidades das instituições nacionais e locais responsáveis pela segurança e justiça para que estejam em conformidade com as normas nacionais e internacionais legais, capazes de melhorar a segurança e garantir os direitos dos cidadãos, em particular através do apoio a grupos mais vulneráveis;
- O reforço da capacitação da sociedade civil e dos mecanismos de diálogo e participação de diferentes actores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, com particular ênfase para jovens e mulheres;
- O reforço e desenvolvimento da capacidade institucional na recolha, análise, gestão e divulgação de dados estatísticos e melhorar o desempenho institucional relacionados com estas actividades, integrando os temas de direitos humanos e de género

Parceria

O SNU vai aprofundar a cooperação com parceiros técnicos e financeiros envolvidos na área da boa governação, entre outros, o Banco Mundial, União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, Cooperação Francesa e outros activos bilaterais nestas áreas. O SNU também vai colaborar com as ONG nacionais e internacionais especializados e com a Plataforma das ONG. Além disso, como parte da gestão da transição e, dadas as restrições que

pesam sobre o Estado, a capacidade do SNU para mobilizar de forma efectiva as contribuições de todos intervenientes no desenvolvimento é um desafio. Trata-se do sector privado e da sociedade civil, mas principalmente da população, inclusive a diáspora.



Pilar 3: Redução das disparidades e desigualdades

Análise da situação

Em Cabo Verde, as desigualdades sociais e as relativas ao género interagem com as disparidades entre o meio urbano e rural e as assimetrias regionais, que persistem na maioria dos ODM, particularmente em relação à pobreza, o acesso a água potável e saneamento. Apesar dos resultados positivos descritos nos parágrafos anteriores, o país enfrenta dificuldades ainda para realizar todos os ODM e assegurar um desenvolvimento homogéneo da população em todo o seu território por causa das desigualdades persistentes. Estas desigualdades dependem principalmente das disparidades relacionadas com as diferenças territoriais, o meio socioeconómico, a idade e género.

Entre 1989 e 2007, embora a pobreza tenha reduzido 12,3 pontos, o coeficiente de Gini passou de 0,43 para 0,47¹⁰, mostrando um aumento das desigualdades de rendimentos. 70% das famílias menos ricas representavam apenas 28% das despesas, enquanto 10% dos mais ricos representavam 47% do consumo das famílias¹¹.

As assimetrias regionais também mantiveram o mesmo período com 14 dos 22 municípios com taxas de pobreza igual ou acima da média nacional¹². Estes são 7 dos 9 municípios da ilha de Santiago e todos os municípios das ilhas do Fogo, Brava e Santo Antão. Para os 7 municípios de Santiago, o percentual de famílias com chefia feminina é superior à média nacional (48%), até 62%.

¹⁰ QUIBB 2007 – INE

¹¹ Perfil da Pobreza em Cabo Verde – IDR FII 2001/02 - INE

¹² (São Filipe 29%, São Lourenço dos Orgãos 35%, Brava 35%, São Domingos 38% R^a Grande de Santiago 39%, Tarrafal 42%, S. Catarina 43%, Porto Novo 44%, Ribeira Grande 44%, São Miguel 46%, Santa Cruz 46%, Mosteiros 52%, Paúl 54% et Santa Catarina do Fogo 59%). QUIBB 2007 - Disseminação dos resultados da pobreza em Cabo Verde – INE

Quanto à relação entre idade e pobreza, 42% das crianças e adolescentes entre 0 e 15 são considerados pobres¹³, enquanto este percentual é de 25% para aqueles entre 15 e 24 anos. Crianças e jovens são os mais afectados pela pobreza, especialmente nas famílias chefiadas por mulheres, o que pode comprometer suas oportunidades para o futuro. As disparidades, não só no acesso à educação, emprego saúde, segurança para os jovens, mas também à alimentação adequada, energia, habitação decente, água e saneamento são susceptíveis de ter impactos duradouros sobre as perspectivas de desenvolvimento futuro, tanto pessoal quanto profissionalmente.

O acesso e uso de vários bens e serviços ainda é um problema à luz das disparidades. As populações rurais são aqueles que ainda vivem mais remotas das infra-estruturas de saúde: 23% da população rural, contra 8% nas áreas urbanas, o posto de saúde mais próximo encontra-se 30 minutos a pé, as populações das ilhas de S. Antão, S. Nicolau e Brava são as mais afectadas por essa restrição.

Apesar dos avanços nos indicadores de saúde relacionados com as mulheres e crianças, desafios significativos permanecem, particularmente quando se analisam as disparidades dentro do país. A mortalidade infantil caiu para 20/1000, em 2009, mas a mortalidade perinatal permanece em 25/1000, representando 68% da mortalidade infantil¹⁴. Este resultado é mais acentuado nas áreas rurais, o que é uma preocupação do país. A oscilação da mortalidade materna exige a atenção dos parceiros, com uma evolução de 17,3/100.000 nascidos vivos em 2005 e 53,7/100.000 nascidos vivos em 2009 e 2010.

Os partos assistidos por pessoal qualificado¹⁵ aumentaram 78% em 2005¹⁶ para 87% em 2009¹⁷, o que significa uma boa evolução do país na prestação de assistência às mulheres durante o parto. Apesar destes resultados encorajadores, as disparidades entre as diferentes

¹³ QUIBB 2007

¹⁴ Menos de 1 ano

¹⁵ Todos os partos assistidos por um médico, enfermeira ou auxiliar.

¹⁶ EDSR II 2005 – INE www.ine.cv

¹⁷ QUIBB 2007

regiões do país exigem ainda uma diferenciação em termos de resposta disponível para as mulheres nos diferentes municípios e níveis sociais (50% em Praia e 9% em S. Nicolau)¹⁸.

A gravidez na adolescência aumenta o risco de perpetuar os ciclos de pobreza e marginalização. Continua a ser um problema generalizado: em 2009, o percentual de meninas entre 15 e 19 anos que estava grávida foi de 14%. O EDSR de 2005 situava essa proporção em 37% para meninas apenas com o nível de educação primário. Existem grandes variações entre municípios: 45,7% de gravidez na adolescência na Ribeira Grande contra 7% no Tarrafal¹⁹.

A prevalência de HIV-SIDA deve ser lido no contexto de uma pequena população, que são geralmente jovens e de alta mobilidade. Além disso, as migrações, o turismo e os comportamentos de risco, incluindo o número de parceiros, iniciação precoce da vida sexual e as desigualdades de género contribuem para a disseminação da doença, com impactos importantes sobre o nível de família, incluindo os fenómenos de discriminação e de empobrecimento. Além disso, a epidemia é especialmente maior entre populações específicas – de 0,8% na população em geral, 5% entre as profissionais do sexo e consumidores de droga) – onde as determinantes socioeconómicas podem ser vislumbradas.

O ensino básico é hoje um direito garantido a todas as crianças, sem que haja disparidades entre as crianças que vivem em meio rural / urbano e divergências ligadas ao género. No entanto, a probabilidade de completar o ensino primário é de 81% para crianças de famílias pobres ao mesmo tempo que é de 90% para as famílias do primeiro quintil. Além disso, as desigualdades persistem em relação à educação infantil, ensino secundário, formação profissional e acesso ao ensino superior, já que estas classes estão concentradas em áreas urbanas e causam, portanto, maiores despesas para famílias de baixo rendimento. A probabilidade de entrada para o ensino secundário (7.º ano) é de 62% para crianças de famílias pobres e 87% para crianças de famílias incluídas no primeiro quintil. Assim, as crianças de famílias pobres têm menos tempo na escola e apenas 2% têm acesso ao ensino superior (23%

18 QUIBB 2007
19 IDSRII 2005

para o primeiro quintil)²⁰. Estas desigualdades alimentam o ciclo de pobreza e marginalização na medida em que a falta de preparação adequada determina o acesso ao emprego e condiciona a orientação social.

De acordo com os dados preliminares do censo de 2010, a população urbana concentrada principalmente nos grandes centros urbanos da Praia e do Mindelo é de 62% contra 35,5% em 1980. A análise não leva em conta o aumento do tamanho da dimensão periurbanas e da tendência aos assentamentos espontâneos em periferias urbanas/subúrbios, problemas de complexidade crescente que determinam o acesso da população aos serviços básicos e, potencialmente, deixam um impacto negativo sobre o tecido urbano e social. Em geral, o acesso à água e saneamento continua a ser uma restrição. O percentual de domicílios ligados à rede de água varia entre menos de 20% em alguns municípios e mais de 70% em outros. A proporção de domicílios com um WC varia de 19,6% em São Domingos e 83,6% no Sal (68,3% em meio urbano e 38,2% em áreas rurais²¹).

Além dos dados quantitativos relacionados ao acesso e à cobertura do serviço, a questão das disparidades inevitavelmente incluem aspectos relacionados com a qualidade da prestação de todos os serviços públicos e de segurança pública. Alguns, como justiça e segurança, além dos acima mencionados têm implicações directas sobre a distribuição desigual de oportunidades económicas e sociais das pessoas. Apesar das reformas levadas a cabo, as instituições não parecem ser plenamente capazes de produzir dados consistentes e analisar de forma abrangente a natureza, os determinantes, a profundidade e as diferentes manifestações das disparidades e desigualdades no território nacional, o que limita o fornecimento de respostas eficazes do Estado. O quadro torna-se mais complexo se os obstáculos são tidos em conta,

t

²⁰ Relatório sobre a situação das crianças em Cabo Verde (UNICEF) e dados RSE (MIN Educação / UNESCO)

²¹ QUIBB 2007

tanto a nível central e local, que dificultam a implementação e condicionam a possibilidade de integrar sistematicamente as respostas estratégicas nas políticas sectoriais.

Ao mesmo tempo, os municípios e outros departamentos em causa têm pontos fracos, nomeadamente em matéria de planeamento, financiamento e prestação de serviços de qualidade - em plena coordenação com o Ministério da Administração Territorial, adaptado às necessidades específicas locais e acessíveis para os grupos mais vulneráveis (como jovens, adolescentes, crianças e mulheres). Além disso, neste contexto, parece estratégico promover e reforçar a complementaridade das intervenções a nível central e local, com um foco maior no desenvolvimento e melhoria das práticas das comunidades e das famílias. As actividades de comunicação para o desenvolvimento que visam aumentar a procura e a utilização de serviços parecem ser necessárias, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Vantagem comparativa do SNU

O SNU dispõe de uma vantagem comparativa em termos de: (i) promoção e protecção de populações vulneráveis e marginalizados, (ii) plaidoyer e apoio técnico ao Governo no desenvolvimento de políticas e estratégias sectoriais e de análise das desigualdades e disparidades, para uma capacidade de acção diferenciada. (iii) reforço institucional a nível central e local juntamente com uma capacidade de alcance às populações locais, (iv) a

promoção da comunicação e desenvolvimento e pela mobilização de todos os intervenientes locais, (v) o reforço das capacidades de prestação de serviços, cuidados e apoio à pesquisa; vi) apoio para a mobilização de parceiros e recursos essenciais; vii) seguimento e avaliação das tendências relativas às disparidades e desigualdades.

Resultados propostos

Tendo em conta as prioridades nacionais e a sua vantagem comparativa, o SNU vai apoiar o Governo para uma melhor distribuição do crescimento económico, redução das desigualdades regionais e de género, os direitos das populações vulneráveis, em conformidade com os compromissos assumidos no quadro das convenções internacionais para a protecção e

promoção dos direitos humanos e o fortalecimento das prerrogativas e da capacidade institucional para planear e gerir a execução do desenvolvimento local, de forma coordenada e inclusiva. Para fazer estas intervenções incidirão sobre:

- Melhor integração da redução das disparidades e promoção da equidade nas políticas e estratégias sectoriais e intersectoriais;
- Procurar perseguir uma cobertura universal da prestação de serviços de qualidade a favor da inclusão das populações mais vulneráveis por parte das instituições centrais, locais e descentralizadas;
- Promoção da demanda e utilização de serviços sociais básicos de qualidade para as populações mais vulneráveis, especialmente mulheres e jovens;
- Reforço das análises desagregadas e sistemas de informação e monitorização da situação.

Parceria

O SNU vai promover a colaboração intersectorial ao nível central e local, para assegurar a complementaridade das acções dos sectores público e privado no que diz respeito à prestação de serviços, e identificar e mobilizar parceiros e recursos. O SNU irá interagir com parceiros multilaterais e bilaterais envolvidos nestas áreas para promover uma maior complementaridade no apoio aos sectores, a nível central e local e entre diferentes regiões do país.



Pilar 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas

Análise da situação

Preservar o meio ambiente é essencial para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Cabo Verde, um pequeno Estado insular Saheliano, é caracterizado por uma base de recursos naturais muito limitada e graves condições climáticas que tornam os seus ecossistemas naturais extremamente vulneráveis às práticas desenvolvimento não sustentáveis e aos riscos associados à mudança climática. A insularidade, agravada pela fragilidade social e económica, exerce uma grande pressão sobre os recursos naturais, aumento da degradação ambiental e pobreza e, portanto, exige uma estratégia de gestão concertada dos recursos naturais. Apesar dos ecossistemas altamente frágeis, as ilhas de Cabo Verde têm um nível raro de espécies endémicas, que dão a esta pequena massa terrestre uma importância global com respeito à biodiversidade terrestre e marinha. No entanto, vários anos consecutivos de seca severa e forte pressão antrópica são os grandes responsáveis pelo elevado número de espécies endémicas actualmente consideradas ameaçadas ou quase extintas. De fato, estima-se que mais de dois terços destas espécies endémicas de caracóis estão ameaçadas. É a mesma coisa por mais de 28% dos répteis terrestres e 47% das espécies de aves em Cabo Verde.

Como os pequenos estados insulares, Cabo Verde é vulnerável a eventos extremos e potenciais efeitos adversos das alterações climáticas que podem afectar os sectores produtivos. Vários modelos climáticos de previsão para a região da África Ocidental mostram que os impactos do clima irão agravar as pressões já existentes sobre o desenvolvimento do arquipélago e sobre os esforços para reduzir a pobreza. Esses impactos incluem a erosão acelerada, o escoamento, danos à infra-estrutura pública ao longo da costa por causa da elevação dos mares e deterioração dos ecossistemas que permitem o desenvolvimento da agricultura e da subsistência local. Por outro lado, as alterações climáticas proporcionam também oportunidades, especialmente no que diz respeito à implementação de medidas de adaptação e mitigação, para fortalecer a resiliência dos sectores e das comunidades. Embora o objectivo global dos ODM sobre os recursos hídricos já tenha sido alcançado, 31% da

população ainda procura fontes de água, com uma média diária abaixo do padrão reconhecido internacionalmente (20 litros/pessoa/dia)²².

O acesso à água potável continua a ser um problema para a população rural, sendo que cerca de 25%²³ são ainda privadas. Sob a protecção integrada do meio ambiente, o sector de saneamento é um desafio. Estima-se que apenas 66%²⁴ da população tem acesso a melhores sistemas de esgotos, enquanto o acesso a sistemas de esgoto em áreas rurais é de 45,1%²⁵. A saúde ambiental requer um investimento significativo na gestão e tratamento de resíduos sólidos e residuais. Em relação ao saneamento, 62,9%²⁶ da população tem acesso a saneamento melhorado (74,2%²⁷ na área urbana e 42,1%²⁸ nas áreas rurais). Entre as famílias com um sistema adequado de drenagem e tratamento de esgoto, 19,4%²⁹ dos domicílios despejam em esgotos e 46,6%³⁰ usam fossas sépticas.

Apesar dos desafios, o país fez progressos consideráveis no reforço da protecção do ambiente. Para este fim, a melhoria do quadro legal e institucional - governação ambiental - para garantir a preservação da capacidade de agências nacionais, do sector público e da sociedade civil na conservação e desenvolvimento dos recursos naturais é fundamental para alcançar os resultados propostos e enfrentar os desafios ambientais de Cabo Verde. Os riscos relacionados às mudanças climáticas podem potencialmente reverter os ganhos económicos e sociais. Portanto, a fim de construir um clima de prosperidade económica e resistente, é essencial que os riscos e oportunidades associadas às mudanças climáticas estejam integrados em todos os documentos de planeamento estratégico e sectoriais, que as boas práticas de adaptação sejam promovidas e que medidas adaptação negativas sejam evitadas. Um sector privado, com informações essenciais e uma sociedade civil que se apropria do programa nacional para o ambiente vai garantir uma gestão eficaz dos recursos naturais na luta contra a pobreza e promover a conservação do meio ambiente global.

22 QUIBB 2007 e Relatório sobre o Estado do Ambiente 2008

²³ QUIBB 2007

²⁴ QUIBB 2007

²⁵ QUIBB 2007

²⁶ QUIBB 2007

²⁷ QUIBB 2007

²⁸ QUIBB 2007

²⁹ QUIBB 2007

³⁰ QUIBB 2007

O domínio das energias renováveis é uma prioridade de investimento do Governo, cujo objectivo é que até o ano 2020, 50% de energia seja proveniente de fontes renováveis. A recuperação ambiental é parte integrante da sustentabilidade ambiental, especialmente para países com alto potencial turístico. A saúde e qualidade ambiental exigem investimentos substanciais na gestão dos resíduos sólidos e residuais, bem como a implementação de um programa de tecnologias limpas. Como parte de uma nova abordagem, a conservação da floresta e do Sector de Saneamento Ambiental Integrada coloca desafios. No âmbito de uma nova abordagem integrada para a conservação ambiental, a área de saneamento coloca desafios.

Vantagem comparativa do SNU

Os desafios das mudanças climáticas oferecem uma oportunidade para repensar a planificação e implementação de políticas a serem desenvolvidas. A integração das alterações climáticas e redução do risco de desastres no planeamento estratégico e nos documentos de execução a nível nacional, sectorial e municípios é importante para garantir que os benefícios ambientais, económicos e sociais não sejam revertidos pelos impactos negativos da mudança climática. O SNU em Cabo Verde tem uma vantagem comparativa em fazer o plaidoyer e conceder apoio técnico e mobilização de recursos para a introdução da dimensão ambiental nas políticas e programas de desenvolvimento. Além disso, dispõe de uma expertise na implementação de iniciativas piloto nas áreas de adaptação às alterações climáticas, e o acesso a fontes de energia renováveis. O SNU também vai fornecer ao Governo a sua capacidade de mobilizar a população local para a preservação e gestão sustentável dos recursos naturais e do património nacional.

Resultados propostos

A fim de operacionalizar os compromissos assumidos pelo país no âmbito das convenções internacionais, as intervenções do SNU visarão reduzir os efeitos da mudança climática e promover a boa gestão ambiental. Além disso, o SNU vai apoiar o Governo na valorização económica do capital natural produtivo, uma ferramenta para a redução da pobreza.

Os resultados definidos para esta área de cooperação, são:

- As instituições reforçam a governação ambiental e incorporam os princípios de sustentabilidade ambiental, mudança climática e redução do risco de desastres nas políticas, programas e projectos de desenvolvimento nacional e local;
- As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística para a conservação e protecção dos habitats essenciais e da biodiversidade e utilizam os recursos naturais de forma sustentada para o crescimento inclusivo;
- A capacidade das colectividades locais e a sociedade civil são reforçadas para a defesa do meio ambiente, a formulação, implementação e avaliação de gestão comunitária sustentável dos recursos naturais.

Parceria

O SNU vai aprofundar a sua parceria com os parceiros técnicos e financeiros envolvidos no desenvolvimento de fontes de energia renováveis, nomeadamente Portugal e Espanha.



CAPÍTULO 3: IMPLEMENTAÇÃO

Estratégias para a implementação

Consistente com os objectivos das declarações de Paris e Accra sobre a eficácia da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, os princípios da apropriação e liderança nacional irão orientar a implementação do UNDAF e Plano de Acção.

As intervenções previstas no âmbito do UNDAF serão formuladas com base na abordagem do programa, isto é, uma abordagem lógica que integra o processo de planeamento e gestão ao nível macro económico meso económico e micro económico de qualquer esforço de desenvolvimento nacional. As intervenções no âmbito do UNDAF 2012-2016 serão conduzidas para maximizar o seu impacto a nível nacional e irão abranger, tanto quanto possível todo o país. No que respeita ao Eixo 3 relativo à redução das disparidades e desigualdades, será mantida uma abordagem territorial tendo em conta os diferentes componentes e dimensões da região. Esta abordagem permite compreender o desenvolvimento de uma forma holística, envolve a análise sistemática na qual o território, a sociedade local e do sistema produtivo são tratados conjuntamente.

A promoção da cooperação Sul-Sul será assegurada pelo SNU para permitir a Cabo Verde beneficiar de experiências internacionais e inovações que contribuirão largamente para o desenvolvimento humano e a redução do desemprego, exclusão e pobreza

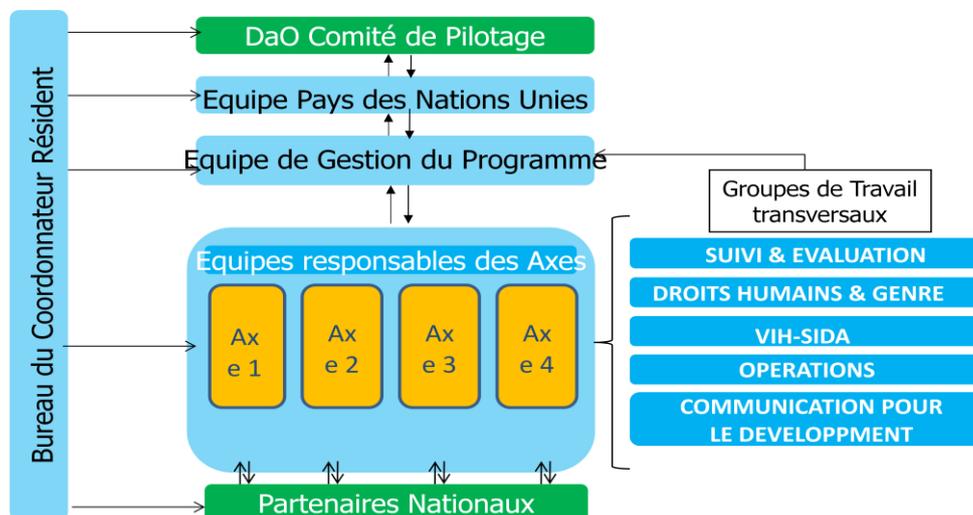
Serão pedido o uso racional dos recursos e optimização das intervenções. Para este fim, as parcerias com a sociedade civil, do sector privado, os governos central e local bem como os institutos de investigação serão reforçadas.

A implementação da abordagem harmonizada para a transferência de dinheiro, iniciado no âmbito do Programa Único (2008-2011) vai continuar. Deve reduzir os custos de transacção para os parceiros e uma redução da sua carga de trabalho, enquanto se concentra em reforçar as suas capacidades. Quanto à cooperação Sul-Sul e para uma série de questões, o objectivo de Cabo Verde é considerado em África como fornecedor em vez de destinatário.

Disposições de coordenação e gestão

A Equipa País das Nações Unidas oferece uma variedade de mecanismos de coordenação, planeamento e relatórios, para facilitar o desenvolvimento e implementação do UNDAF no âmbito das quatro áreas-chave mencionadas. Estes acordos levam em conta e são baseados na experiência adquirida durante a implementação do ciclo UNDAF anterior. Também refletem uma característica particular, própria da estrutura do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, ou seja, que as agências não residentes são mais numerosas do que as residentes, o que representa desafios especiais para a coordenação e comunicação. A estrutura proposta, tal como ilustrado no diagrama abaixo, inclui: a Comissão de Direção Conjunta “Delivering as One” Governo/NU, o Escritório do Coordenador Residente, a Equipa de Gestão do Programa (PMT), quatro (4) equipas responsáveis por áreas-chave e cinco (5) grupos de trabalho transversais ou seja, de seguimento/avaliação, Direitos Humanos e Género, HIV-SIDA, de Operações e Comunicações para o Desenvolvimento (C4D). Esta seção fornece uma visão geral das disposições propostas. Informações adicionais podem ser refletidas no UNDAF e/ou identificados noutros documentos da Equipa País em relação à gestão e questões relativas à responsabilidade e fornecendo Termos de Referência mais detalhados dos vários mecanismos a monitorar.

As estruturas de coordenação e gestão do UNDAF (2012-2016) no âmbito da abordagem "Delivering as One" em Cabo Verde são projetadas para garantir de forma clara os níveis de responsabilidade e prestar o compromisso máximo de parceiros nacionais. Os diferentes níveis de gestão e as funções são estruturadas da seguinte forma:



O Comité de Direção "Delivering as One" é a mais alta estrutura, composta por representantes de agências do sistema das Nações Unidas, agências centrais e governo descentralizado e da sociedade civil. Destina-se a fornecer ao Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde uma direção estratégica para apoiar as prioridades nacionais de desenvolvimento e os ODM.

A Equipa País das Nações Unidas é composta por representantes das agências das NU residentes e não residentes. Supervisiona o desenvolvimento e implementação do UNDAF / " Programa One das Nações Unidas" e examina as várias questões que afetam ou tenham um impacto potencial sobre a realização de operações ou atividades das Nações Unidas no país. Estas decisões estratégicas e programáticas são tomadas coletivamente e, posteriormente, aprovadas pelo Gabinete do Coordenador Residente (RCO), a Equipa de Gestão do Programa, pelos dirigentes / responsáveis dos eixos do UNDAF, e / ou grupos de Trabalho transversais ou as agências individuais.

A Equipa de Gestão do Programa é composta por agências principais responsáveis pelos eixos, tanto ao nível das Nações Unidas e nacional. Vai incentivar a programação das potenciais sinergias entre os diferentes eixos do UNDAF e promover a coerência assim como as verificações de qualidade no planeamento do trabalho e apresentação de relatórios sobre cada eixo pelos grupos de trabalho antes da apresentação à Equipa País das NU. Também irá considerar a programação geral das NU e do Governo e sua implementação e seguir as orientações e propostas para o planeamento do trabalho e elaboração de relatórios, com base nas propostas do RCO e fará sugestões ou recomendações à Equipa País das NU sobre os temas enunciados, tanto para informações ou para tomar outras medidas posteriores.

As equipas encarregadas dos Eixos serão conduzidas por uma agência líder que assumirá a responsabilidade de prestar apoio à coordenação de todas as agências envolvidas e os parceiros nacionais para atingir os efeitos e produtos definidos em cada componente-chave. A Equipa irá assegurar a coordenação interna e envio de relatórios ao nível dos eixos, incentivar as iniciativas de "programação conjunta", vai coordenar o seu envolvimento com os principais parceiros governamentais e preparar planos de trabalho e relatórios de execução sobre o progresso alcançado para transmissão ao PMT. As instituições envolvidas vão participar em todas as sessões e prestar informações aos líderes das funções mencionadas.

UNDAF - Resumo das disposições relativas à coordenação

Mecanismos de Coordenação	Membros	Frequência das reuniões	Plano de Trabalho	Apresentação de Relatórios
EXTERNO				
Governo/ Comissão de Direção das NU (SC)	DNAPEC+DNP + RC + rep. Agências Residentes e não- Residentes + rep. ONGs + sociedade civil+ANMCV	Anuais (ou quando consideradas necessárias)		<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões • Relatório Anual de Progresso
INTERNO				
Equipa de País das Nações Unidas (UNCT)	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa do País (Agências Residentes + Agências não Residentes representadas a nível local) • Equipa de País na íntegra (Agências Residentes + Agências não Residentes + outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mensal • Semestral (“reunião estatutária”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Trabalho Anual RCO & UNCT 	<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões • Relatório de progresso semestral (<i>‘traffic lights’</i>) sobre os eixos • Relatório Anual de Progresso para SC • Relatório anual RCO/UNCT
Equipa de Gestão do Programa (PMT)	Líderes dos eixos (e co-líderes) + RCO (Unidade de coerência unidade)	Bianuais (ou quando consideradas necessárias)	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas Gerais do Plano de Trabalho Anual para UNCT 	<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões; • Breve relatório de progresso semestral de UNCT • Relatório Preliminar Anual de Progresso sobre UNCT / SC
Equipas responsáveis pelos eixos (4) - Equipas Pilar (PT)	Líderes dos eixos (e co-líderes) + pessoal das agências envolvidas + RCO (Unidade de coerência)	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas Gerais do Plano de Trabalho Anual ao nível dos eixos para PMT 	<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões; • Breve relatório de progresso semestral de UNCT • Relatório Preliminar Anual de Progresso para PMT
Grupos de trabalho transversais (GT)	Líderes GT e pessoal de agências envolvidas	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas Gerais do Plano de Trabalho Anual para UNCT 	<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões; • Breve relatório de progresso semestral de UNCT • Relatório Preliminar Anual de Progresso para PMT
Equipa encarregada das Operações (Equipa de Operações)	Responsáveis pelas operações das Agências Residentes + RCO	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Trabalho anual 	<ul style="list-style-type: none"> • Actas das reuniões; • Breve relatório de progresso semestral para PMT

Os grupos de trabalho transversais oferecerão uma assistência técnica e uma formação adequada através das agências e dos parceiros nacionais para integrar os temas transversais em todos os eixos e vão garantir um controlo de qualidade da programação, execução e apresentação dos relatórios.

O gabinete do Coordenador Residente atuará como o secretariado da Equipa País das NU, da Comissão de Direção do "Delivering as One" e da Equipa de Gestão do Programa, apoiando a coordenação interna e externa do processo de consulta comum, propondo cronogramas, metodologias e ferramentas para uma programação conjunta, para a mobilização e alocação de recursos, implementação, apresentação de relatórios, comunicação e avaliação, levando em conta tanto os princípios da UNDG como o processo e as boas práticas de outros países piloto DaO. Também irá cooperar com o Governo, parceiros de desenvolvimento - dentro e fora de Cabo Verde, incluindo com os outros DaO, RCO e UNCTs no âmbito da avaliação contínua da iniciativa DaO a nível global do sistema das Nações Unidas.



CAPÍTULO 4: MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A aplicação eficaz e coerente de mecanismos de monitoramento - avaliação que se tornou, durante a revisão do último Programa ONE, uma prioridade para o Governo de Cabo Verde, que decidiu promover para este efeito, a criação de um grupo de trabalho interdisciplinar ad hoc no seio da DNP. O Governo convidou as Nações Unidas em Cabo Verde para participar deste grupo como um parceiro chave.

O grupo, que é responsável pela operacionalização de monitoramento e avaliação (M & A) dos programas do Governo, será integrado na plataforma do Sistema Integrado de Informação para a Gestão do Orçamento do Estado (SIGOF). O SIGOF representa uma inovação ambiciosa para Cabo Verde, porque a plataforma permite a gestão integrada do orçamento do Estado e das despesas, mas também para destacar os impactos e resultados obtidos. Também representa um desafio, pois a plataforma, uma vez estabelecida, deve estar operacional e sustentável.

A participação no grupo interdisciplinar de M & A não é o único meio pelo qual o SNU apoiará o reforço das capacidades governamentais de monitoramento e avaliação. Em paralelo e integrado, o SNU apoiará activamente o reforço das capacidades de colecta e análise de dados estatísticos, contribuindo também para a reforma de todo o sistema nacional de estatística. O compromisso das Nações Unidas é duplo: por um lado, apoia o reforço das capacidades técnicas e, por outro, visa apoiar a melhoria do desempenho institucional em matéria de S & A.

O Governo e as Nações Unidas estão envolvidos num diálogo activo, que é baseado na troca de boas práticas e lições aprendidas e oferece plena integração dos dois sistemas de M & A, como recomendado pela Declaração de Paris sobre a eficácia da Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Neste contexto, muitos desafios permanecem para o Governo, que estão relacionadas à qualidade, à quantidade, à frequência, ao nível da desagregação, à distribuição

particularmente ao nível municipal - mas também de disponibilização de dados estatísticos, à capacidade de analisar de forma abrangente, à integração sistemática de dados nas políticas,

ao reforço das competências e capacidades dos recursos humanos, à sistematização dos mecanismos de monitoramento e avaliação em todos os níveis da administração pública

(incluindo as entidades descentralizadas) e, finalmente, à capacidade de usar sistematicamente esses mecanismos para monitorar e avaliar o desempenho e os impactos.

Considerando a importância crucial da M & A para o desenvolvimento e a consolidação de Cabo Verde, o Sistema das Nações Unidas decidiu concentrar esforços relacionados com este objectivo no segundo eixo, que se concentrará no desenvolvimento e fortalecimento das capacidades institucionais em matéria de recolha, análise, gestão e divulgação de dados estatísticos e melhorar o desempenho institucional relacionados com estas actividades. Além disso, o SNU renova seu compromisso de apoiar o Governo para promover a integração sistemática do género e dos direitos humanos em todas as ferramentas de M & A.

O terceiro eixo terá como objectivo agir mais especificamente sobre a produção e o uso de dados estatísticos de qualidade sobre os quais se baseiam as políticas de redução das disparidades, para promover uma melhor compreensão das causas da pobreza e da desigualdade.

O Plano de S & A do UNDAF

Durante a implementação do Programa ONE 2008-2011, a gestão das funções S & A no âmbito do "Delivering as One" colocou alguns problemas relacionados com a variedade de sistemas de M & A utilizados pelas agências do SNU. O exercício do M & A do referido programa 2008-2011 ofereceu, não obstante, a oportunidade de lucrar. A experiência anterior, combinada com as conclusões e recomendações da avaliação global "Delivering as One", constituem a base essencial para a concepção e implementação do Plano de S & A do UNDAF 2012-2016.

Neste contexto, e para garantir a eficiência, eficácia e o impacto previsto, as actividades de monitoramento e avaliação serão plenamente integradas no sistema de gestão do Programa ONE 2012-2016.

O âmbito de M & A do UNDAF contém indicadores, referências e objectivos para cada efeito e inclui (i) um plano de sistemas de M & A incluindo um protocolo de metadados que permite

descrever em pormenor todos os indicadores que foram seleccionados e aprovados pelo SNU e os parceiros nacionais (incluindo as responsabilidades de S & A), (ii) uma programação das actividades de M & A indicando os compromissos a alcançar durante o próximo UNDAF

(incluindo as revisões e avaliações) e, finalmente, (iii) uma narrativa apresentando a lógica do conjunto do exercício de S & A.

O plano de S & A será revisto anualmente, sendo actualizado em função das alterações, para que continue a ser um instrumento eficaz e actual.

De modo a monitorar e avaliar o UNDAF, o SNU, juntamente com o Governo, vai organizar avaliações anuais para detectar possíveis obstáculos e desenvolver recomendações para os ultrapassar. Os parceiros serão convidados para as sessões de revisão do UNDAF que terão um carácter totalmente participativo.

Além disso, será realizada uma revisão intercalar em 2014 e uma avaliação final em 2017. As avaliações apreciarão a relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e impacto das intervenções das Nações Unidas realizadas no âmbito do Programa One 2012-2016. A revisão intercalar e final serão validadas por todas as partes interessadas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGÊNCIAS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

OIT	Organização Internacional do Trabalho
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
FAO	Organização Das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
OHCHR	Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU DC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
ONUDI	Organização Das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ONU Femmes	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e autonomia das n
ONU HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
ONUSIDA	Programa das Nações Unidas sobre HIV / AIDS
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUE	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNDG	Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas
UNESCO	Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNHCR	Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SIGLAS

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
ANMCV	Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde
BCV	Banco Central de Cabo Verde
C4D	Comunicação para o Desenvolvimento
CCS-SIDA	Comissão de Coordenação de Luta contra a SIDA
CEDEAO	Comissão de Desenvolvimento Económico dos Estados da África Ocidental
CVI	Cabo Verde Investimento
DaO	<i>Sigla em Inglês para Unidos na Ação (Delivering as One)</i>
DECRP	Quadro Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
DGE	Direcção Geral do Ambiente
DNP	<i>Sigla em português para a Direcção Nacional de Planeamento</i>
ECOWAP	Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos Regionais
EDRS II	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva II
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade
IDRF	Inquérito Despesas e Receitas Familiares
IEFP	Instituto de Formação Profissional e Emprego
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MAHOT	Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial
MES	Ministério da Educação e do Desporto
MF	Ministério das Finanças
MIREX	Ministério das Relações Exteriores

MPME	Micro, Pequenas e Médias empresas
OCB	Organização comunitária de Base
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objetivo do milénio para o Desenvolvimento
ONG	Organização não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Desenvolvidos
PME	Pequenas e Médias empresas
PMT	<i>Sigla</i> em Inglês para a Equipa de Gestão do Programa
PRI	Países de rendimento médio
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
QDSMP	Quadro de Despesa Setorial a Médio Prazo
QUIBB	Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar
RCO	<i>Sigla</i> em Inglês para Gabinete do Coordenador Residente
M&A	Monitoramento e avaliação
SC	Comissão de Direção
SEN	<i>Sigla</i> em português para o Sistema Nacional de Estatística (Sistema Nacional de Estatística)
SIGOF	Sistema de informação integrado para a Gestão do Orçamento do Estado
SNU	Sistema das Nações Unidas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNCT	<i>Siglas</i> em Inglês para Equipa País das Nações Unidas
UNDAF	Plano Quadro das Nações Unidas de Ajuda ao Desenvolvimento

VBG Violência baseada no género

ANEXO I: Matriz de Resultados

Pilar 1: Crescimento inclusivo e redução da pobreza			
<p>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção e desenvolvimento do Sector Privado ✓ Regulação Económica e inserção dinâmica na economia mundial ✓ Internacionalização dos serviços e sua competitividade ✓ Desenvolvimento integrado do espaço rural ✓ Luta sustentável contra a insegurança alimentar e desnutrição ✓ Reforço do quadro institucional público pela coordenação e implementação das políticas de protecção social <p>Indicadores de Impacto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de pobreza Multidimensional (ilha e meio de residência) • Percentagem da população a viver abaixo do limite da pobreza (sexo do chefe de família e meio de residência) • Prevalência de desnutrição crónica das crianças com idade inferior a 5 anos (ilha e meio de residência) • Taxa média de crescimento do PIB por região 			
Resultados	Indicadores, Baseline, Alvo	Meios de verificação	Agências
<p><u>Efeito1.1:</u> As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de políticas e programas sectoriais que integram uma resposta explícita ao tema da redução da pobreza 2. Variação em pontos percentuais da taxa de pobreza entre os jovens e as mulheres 3. Taxa de variação da contribuição das exportações de bens e serviços no PIB 4. Taxa de variação dos investimentos directos estrangeiros 5. Classificação do país no « DoingBusiness » (“Ambiente de Negócios”) 6. % da população activa que beneficia de um regime de protecção social 7. Variação em pontos percentuais das despesas nos sectores sociais específicos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatórios sectoriais QUIBB e/ou IDRFIII; cartografia de pobreza. 2. Relatórios do INE e do MF. 3. Relatórios do INE, do MF, da CVI e do Banco Central, 4. Relatórios do BCV, do MF, do INE e da CVI. I 5. Relatórios do Banco Mundial / IFC "DoingBusiness" 6. Inquérito anual sobre o emprego e o sector informal (INE / IIEFP) ;Relatórios do INPS 7. Relatórios sectoriais 	<p>CNUCED FAO ITC OMS ONUDI ONU-Femmes PAM PNUD UNESCO UNFPA</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

<p>Efeito 1.2 O sector privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. % de empregos criados pelas MPMEs 2. % de MPME que têm acesso aos serviços financeiros 3. % de MPME com acesso aos serviços para a promoção de negócios ("pacote mínimo de serviços") 4. Contribuição do Volume de negócios das MPME no PDB (em %) 	<p>Relatório anual das actividades dasMPMEs Relatório do INE e IIEFP no censo das empresas; relatório das instituição de créditos Relatório do Banco Central; Relatórios do Banco Mundial</p>	<p>FAO OIM OIT OMS ONUDI ONU-Femmes ONU-Habitat</p>
<p>Efeito 1.3 As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.</p>	<p>Indicador 1: % dos jovens e mulheres que beneficiam de formação vocacional e profissional que têm um emprego, dependendo da sua zona de residência</p> <p>Indicador 2 : Taxa de desemprego das mulheres e dos jovens segundo as zonas de residências</p> <p>Indicador 3 : Taxa de mulheres e jovens com um "auto-emprego", segundo o meio de residência</p>	<p>Relatórios IIEFP sobre a formação profissional e vocacional</p> <p>Relatório de inquérito de emprego</p> <p>Relatório de inquérito anual sobre o Emprego e o sector informal (INE/IIEFP)</p>	<p>FAO OIT ONUDI ONU-Femmes</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Pilar 2: Consolidação das instituições, democracia e cidadania			
Prioridades Nacionais de Desenvolvimento			
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforço da autoridade do Estado, das instituições democráticas, cidadania e participação na dinâmica de desenvolvimento do País; ✓ Reforço da qualidade da gestão e prestação de serviços e qualificação sustentável dos recursos humanos; ✓ Transformação do País em uma sociedade moderna do conhecimento, da inovação tecnológica e da governação integrada; ✓ Melhoria da regulação, supervisão, à qualidade e eficácia da justiça, da segurança jurídica e das transacções económicas; ✓ Modernização da Administração Pública e melhoramento do clima empresarial; ✓ Modernização do sistema de gestão integrada dos recursos humanos na Administração Pública; ✓ Garantia do desenvolvimento territorial sustentável, inclusivo e promotor da equidade, da competitividade e da solidariedade inter-geracional. 			
Indicadores de Impacto			
<ul style="list-style-type: none"> • Proporção dos lugares ocupados por mulheres no Parlamento nacional (ODM) • Taxa de participação eleitoral • Taxa de criminalidade geral • Taxa de comunicação das operações financeiras suspeitas enviadas ao Ministério Público 			
Resultados	Indicadores, Baseline, Target	Meios de verificação	Agências
<p>Efeito 2.1</p> <p>As administrações nacionais e instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de contas nacionais do Estado certificadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas e pelo Parlamento nos prazos legalmente estabelecidos 2. % de programas, políticas e estratégias que integram as análises dos dados pertinentes produzidos pelo Sistema Estatístico Nacional 3. % das políticas e estratégias sectoriais avaliadas pelo Governo QFMP, QDMP e QDSMP coerentes com o DECRP (2012-2015) 4. Número de relatórios de seguimento dos ODM e das políticas e estratégias sectoriais produzidos com indicadores completos e desagregados 5. Ratio orçamento/ implementação por sector 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatórios do Tribunal de Contas 2. Relatório de seguimento da Agenda nacional de estatísticas -INE e relatórios de avaliação das estratégias nacionais e sectoriais 3. Relatórios da Direcção dos Serviços de seguimento e avaliação - DNP 4. Documento DSRP e QFMP, QDMP e QDSMP 5. Relatórios da Direcção dos Serviços de seguimento e avaliação – DNP e relatórios de seguimento e avaliação 6. Contas Nacionais e contas do Estado 	<p>FAO OHCHR OIM OIT ONU-Femmes PAM PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>
<p>Efeito 2.2</p> <p>As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. % de relatórios produzidos com diligência pelas instituições nacionais e comparáveis aos índices internacionais 2. Grau de satisfação dos cidadãos com respeito a justiça 3. Taxa de inquéritos criminais e acusações de crimes examinadas 4. % de casos de VBG julgados 5. % de recomendações do EPU (UPR) realizados 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatórios nacionais e sectoriais 2. Inquérito de Satisfação - Nações Unidas 3. Relatórios Anuais da Polícia Judiciária, da Polícia Nacional e do Conselho Superior da Magistratura Judicial 4. Relatórios do ICIEG e do Ministério da Justiça Relatórios sectoriais 	<p>OHCHR ONUDC</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

<p>cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.</p>	<p>6. % de municípios que implementam políticas de planeamento urbano e local integrando a dimensão de segurança</p>	<p>5. Relatório MDHOT/ ONU Habitat</p>	
<p>Efeito 2.3 O diálogo e a participação dos diferentes actores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de mecanismos que facilitem a participação da sociedade civil no planeamento e avaliação das políticas 2. % da sociedade civil organizada que está satisfeita com o facto que a sua voz seja reconhecida pelas instituições públicas nacionais 3. % de cidadãos satisfeitos com as capacidades das organizações da sociedade civil 4. % de mulheres em posições de tomada de decisão e de diálogo, a nível central, local e nas organizações da sociedade civil 5. Número de relatórios alternativos de documentos de planeamento e avaliação das políticas elaboradas pela sociedade civil 6. % da população que conhece os seus direitos em matéria de saúde, educação, protecção social, justiça, segurança. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatório da Plataforma das ONGs 2. Inquérito de Satisfação 3. Inquérito de Satisfação 4. Relatórios ICIEG, relatórios sectoriais (Situação de referência Estudo sobre género em África - Estudo sobre o índice de desenvolvimento da condição das mulheres em Cabo Verde 2010) 5. Relatório da Plataforma das ONGs 6. Inquérito de Satisfação 	<p>ONU-Femmes ONU-Habitat PNUD UNFPA</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Pilar 3: Redução das disparidades e desigualdades			
<p>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Modernização do sistema educacional, para uma maior qualidade e equidade do desenvolvimento ✓ Melhoria das Condições e das relações do trabalho ✓ Melhoria da cobertura do sistema de protecção social ✓ Alojamento, gestão fundiária e requalificação urbana ✓ Reorganização do serviço nacional de Saúde e garantida sua sustentabilidade ✓ Garantia da formação profissional dos jovens e dignificação do trabalho <p>Indicadores de Impacto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Gini • % do PIB destinado ao sector social • Taxa de mortalidade infantil e de menores de 5 anos (por sexo e meio de residência) • Taxa de prevalência do HIV (por ilha e por sexo) • Taxa de gravidez na adolescência (por meio rural/urbana e por ilha) • Proporção da população urbana vivendo em bairros degradados • Taxa de migração rural/urbana 			
Resultados	Indicadores, Baseline, Target	Meios de verificação	Agências
<p><u>Efeito 3.1</u></p> <p>As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e da promoção da equidade nas políticas e estratégias sectoriais e intersectoriais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de políticas e programas sectoriais que integram respostas ao tema da redução das disparidades 2. Número de instituições com sistemas de informação contendo dados, discriminados por comunidades 3. Análise dos dados desagregados disponíveis sobre a natureza, a extensão e características das disparidades ("localizando os MDGs") 4. % de municípios com mecanismos participativos de planificação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos de políticas e programas sectoriais 2. Relatórios sectoriais, anuários 3. Relatórios de análise produzidos /Relatórios OMDs 4. Relatórios dos municípios / relatórios MDHOT 	<p>OHCHR OIT OMS ONU-Femmes ONU-Habitat PNUD UNFPA UNICEF</p>
<p><u>Efeito 3.2</u></p> <p>As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. % da população com acesso a pelo menos 3 (das 6) serviços sociais de base 2. Número de vagas na educação pré-escolar oferecidas pelas instituições públicas e privadas ou proporção das crianças entre 4 e 5 anos nas instituições privadas ou públicas do ensino pré-escolar 3. Número de serviços descentralizados disponíveis por município 4. Grau de satisfação dos utilizadores dos serviços públicos. 5. % da população com acesso a pelo menos 4 serviços do pacote 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inquérito multiobjectivo INE, QUIBB, relatórios anuais das Nações Unidas Cabo Verde 2. Relatório estatístico MES 3. Relatórios sectoriais e relatórios ANMVCV 4. Inquérito de Satisfação (a elaborar) QUIBB, IDRS; relatório estatístico do Ministério da Saúde 	<p>OIT OMS ONUDC ONU-Habitat PNUD UNESCO UNFPA UNICEF</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

	serviços da saúde de base		
<p>Efeito 3.3 As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. % da população utilizando pelo menos 3 (dos 6) serviços de base 2. % da população que tem utilizado pelo menos um dos serviços do pacote dos serviços de saúde 3. % da população afectada pelo VIH-SIDA, que está sob tratamento VIH-SIDA 4. Taxa de conclusão do ensino primário e transição para a escola secundária 5. Número de pessoas utilizando as "Casas de direito" 6. Taxa de conclusão da educação pré-escolar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inquérito multi objectivo INE 2. QUIBB, IDRS, relatório estatístico do Ministério da Saúde 3. Relatório Ministério da Saúde / Relatórios de seguimento dos Fundos Mundiais / Relatórios CCS-SIDA 4. Relatório estatístico do MES Relatórios do Ministério da Justiça / Relatórios de seguimento Relatório estatístico do MES 	<p>OMS ONU-Femmes ONU-Habitat UNICEF UNFPA VNU</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Pilar 4: Sustentabilidade ambiental, adaptação às mudanças climáticas			
<p>Prioridades Nacionais de Desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais, garantindo a valorização da natureza e do território, a protecção da biodiversidade e da paisagem; ✓ Reforço da integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento regional e local; ✓ Reforço da política de desenvolvimento da economia rural como um instrumento para a fixação das populações no interior do país ; ✓ Reforço da informação e da formação ambiental; ✓ Orientação da política urbana para as questões da sustentabilidade ambiental, elemento decisivo para a integração espacial, social e funcional do Território; <p>Indicadores de Impacto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Índice de Vulnerabilidade Ambiental • Emissão per capita de dióxido de carbono e consumo de substâncias que afectando a camada de ozono • % das zonas arborizadas • % da população com acesso à água potável (rural e urbano) • % da população com acesso ao sistema de saneamento (rural e urbano) • % da população morando em zonas a risco de catástrofes naturais 			
Resultados	Indicadores, Baseline, Alvo	Meios de verificação	Agências
<p><u>Efeito 4.1</u></p> <p>As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. % de recursos do Estado atribuídos ao sector ambiental 2. Número de documentos estratégicos sectoriais (saúde, educação, turismo, agricultura) e DSRP incorporando a sustentabilidade ambiental, alterações mudanças e redução de desastres naturais 3. % de leis nacionais, locais e sectoriais conformes ao AMA promovendo as melhores práticas ambientais 4. % de relatórios nacionais relativos aos acordos-quadro das Nações Unidas e relatório sobre a qualidade do ambiente apresentados dentro dos prazos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatório de seguimento do PANA 2. Relatório de seguimento do PANA 3. Boletim oficiais e relatórios DGA 4. www.sia.cv 5. Comunicação nacional ao Secretariado das convenções 	<p>FAO OMS ONUDI ONU-Habitat PNUD PNUE UNESCO UNFPA UNICEF</p>
<p><u>Efeito 4.2</u></p> <p>As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1.% de áreas terrestres e marinhas protegidas com planos de gestão 2.Ratio entre o uso das energias renováveis e não renováveis 3.Volume das águas residuárias reutilizadas na produção agrícola 	<ol style="list-style-type: none"> 1.Relatório relativo a qualidade do ambiente 2.Relatório do Min. Do turismo e da energia 3.Relatórios de seguimento do PANA / Relatório relativo a qualidade do ambiente 	<p>FAO PNUD PNUE</p>

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

<p><u>Efeito 4.3</u></p> <p>As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.</p>	<p>1.% dos cidadãos satisfeitos com as capacidades em matéria de defesa ambiental das organizações da sociedade civil</p> <p>2.Número de projectos e programas comunitários desenvolvidos pelos OCB eOSC</p> <p>3.% do orçamento do Estado para o sector do ambiente consagrados aos projectos de reconversão</p> <p>4.% de cidadãos fazendo playdoyer em favor do ambiente</p>	<p>1.Inquérito de Satisfação</p> <p>2.Relatório da Plataforma das ONGs, relatórios de avaliação dos projectos (por ex. : SmallGrants)</p> <p>3.Relatórios de seguimento do PANA, Relatório sobre a qualidade do ambiente</p> <p>4.Inquérito de Satisfação</p>	<p>FAO</p> <p>ONU-Habitat</p> <p>PNUD</p> <p>UNESCO</p>
---	---	---	---

ANEXO II: MATRIZ ORÇAMENTAL

As agências do Sistema das Nações Unidas estimaram em 93,747,044 dólares americanos o montante necessário para a obtenção de resultados de desenvolvimento. O quadro de recursos abaixo detalha os valores previstos em dólares americanos por cada resultado ou efeito do UNDAF.

Estes montantes serão aperfeiçoados durante o desenvolvimento do plano de acção do UNDAF que detalhará os procedimentos para auxiliar na obtenção de resultados do UNDAF. A estratégia de mobilização de recursos será desenvolvida e fará parte do plano de acção do UNDAF.

Valores em USD

		<i>Recursos regulares</i>	<i>Recursos extra-orçamentais</i>	<i>Recursos a mobilizar</i>	<i>Total</i>
PILAR 1: Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza.	Efeito 1.1: Políticas e programas nacionais de desenvolvimento e de redução da Pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico sustentável em benefício das populações vulneráveis.	1,180,000 \$	829,362 \$	8,376,925 \$	10,386,287 \$
	Efeito 1.2: O sector privado, especialmente as MPME (micro, pequenas e médias empresas) nas áreas urbanas e rurais têm melhor acesso a mercados, serviços de assistência técnica e financeira, e aumentam a sua competitividade e contribuição para o crescimento e o emprego digno.	1,966,000 \$	2,226,409 \$	9,598,925 \$	11,831,972 \$
	Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres nas áreas rurais e urbanas têm acesso a um emprego digno e a programas de promoção da produção e da produtividade sustentável.	630,000 \$	1,130,000 \$	1,650,000 \$	3,410,000 \$
	<i>TOTAL PILAR 1</i>	3,776,000 \$	2,226,409 \$	19,625,850 \$	25,628,259 \$

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Valores em USD		<i>Recursos regulares</i>	<i>Recursos extra-orçamentais</i>	<i>Recursos a mobilizar</i>	<i>Total</i>
PILAR 2: Consolidação das instituições, da democracia e da cidadania.	Efeito 2.1: O governo e as instituições de controlo são mais eficientes e eficazes na planificação, execução, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.	7,222,000 \$	4,114,500 \$	4,258,000 \$	15,594,500 \$
	Efeito 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e justiça garantem e promovem uma maior segurança bem como os direitos dos cidadãos, em especial para grupos mais vulneráveis.	0 \$	505,000 \$	2,280,000 \$	2,785,000 \$
	Efeito 2.3: Diálogo e participação de diferentes actores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, especialmente jovens e mulheres estão garantidos.	730,000 \$	223,909 \$	1,260,000 \$	2,213,909 \$
	<i>TOTAL PILAR 2</i>	7,952,000 \$	4,843,409 \$	7,798,000 \$	20,593,409 \$

Valores em USD		<i>Recursos regulares</i>	<i>Recursos extra-orçamentais</i>	<i>Recursos a mobilizar</i>	<i>Total</i>
PILAR 3: Redução das disparidades e desigualdades	Efeito 3.1: As instituições nacionais a nível central e local, fornecem uma melhor integração da redução das disparidades e promoção das equidades nas políticas e estratégias sectoriais.	2,510,000 \$	650,000 \$	1,740,000 \$	4,900,000 \$
	Efeito 3.2: As instituições centrais, descentralizadas e locais, fornecem uma prestação equitativa de serviços de qualidade.	5,910,000 \$	1,084,000 \$	4,847,000 \$	11,841,000 \$
	Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e mulheres, e exigem e utilizam serviços de qualidade.	1,792,000 \$	340,000 \$	190,000 \$	2,322,000 \$
	<i>TOTAL PILAR 3</i>	10,212,000 \$	2,074,000 \$	6,777,000 \$	19,063,000 \$

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Valores em USD		<i>Recursos regulares</i>	<i>Recursos extra-orçamentais</i>	<i>Recursos a mobilizar</i>	<i>Total</i>
PILAR 4: Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas.	Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e incorporam os princípios de sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e a redução dos riscos de catástrofes naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.	1,663,000 \$	4,429,000 \$	11,850,000 \$	17,942,000 \$
	Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção de habitats críticos e da biodiversidade e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para um crescimento inclusivo.	725,000 \$	2,512,202 \$	5,630,756 \$	8,867,958 \$
	Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de defesa do Meio Ambiente e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão sustentável dos recursos naturais.	85,000 \$	192,418 \$	1,375,000 \$	1,652,418 \$
	<i>TOTAL PILAR 4</i>	2,473,000 \$	7,133,620 \$	18,855,756 \$	28,462,376 \$
<i>TOTAL UNDAF</i>		24,413,000 \$	16,277,438 \$	53,056,606 \$	93,747,044 \$

ANEXO III: PLANO DE SEGUIMENTO – AVALIAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Plano de Seguimento - avaliação fornece um quadro para o controlo, a revisão e avaliação do Plano Quadro das Nações Unidas de Ajuda ao Desenvolvimento (UNDAF) 2012-2016 para Cabo Verde. É baseado na experiência de programação, de seguimento e de avaliação do Programa One UN do UNDAF 2008-2011 e 2006-2008.

Foi concebido como uma ferramenta operacional para apoiar a Equipa de País das Nações Unidas para colectar, preservar, analisar e transformar dados de seguimento e avaliação em informações estratégicas. Por isso, incentiva a Equipa País das Nações Unidas a documentar o que precisa ser monitorado, detalhando com quem, por quem, quando e como os dados de seguimento e avaliação serão colectados e utilizados. Além disso, não só promove a coordenação de diferentes tipos de estudos e avaliações de agências das NU e seus parceiros, mas também uma maior convergência do sistema de seguimento e avaliação da Equipa País das Nações Unidas aos mecanismos nacionais, servindo como ponto de partida, durante as consultas com os parceiros nacionais.

O plano de seguimento e avaliação quer-se uma ferramenta flexível, que será revista periodicamente para reflectir efectivamente a evolução da programação e das realidades operacionais, e ser, portanto, uma ferramenta actualizada de programação e de execução.

O plano de seguimento e avaliação consiste em três componentes:

- Os mecanismos de gestão do plano de seguimento e avaliação, que indicam as responsabilidades no âmbito da Equipa País das Nações Unidas para a recolha e análise dos dados de seguimento e avaliação.
- O âmbito do seguimento e avaliação, que é integrado por metadados e se refere directamente à matriz dos resultados do UNDAF.
- O cronograma de seguimento e avaliação que define ainda mais os instrumentos de seguimento e avaliação. Está integrado no final do documento nos anexos.

MECANISMOS DE GESTÃO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

Para assegurar a aplicação efectiva do UNDAF 2012-2016 e assegurar que o plano de seguimento e avaliação possa documentar os resultados obtidos e as lições aprendidas, o trabalho foi dividido de acordo com diferentes níveis de responsabilidade técnica e política.

A principal função de seguimento e avaliação do UNDAF 2012 - 2016 será realizada pelo Gabinete do Coordenador Residente (GCR) através de recursos humanos especializados que possuem conhecimentos técnicos nesta área. O (s) especialista (s) em seguimento -avaliação do GCR, sob a supervisão do Coordenador Residente através do Chefe de Unidade de Coerência irá assegurar a coordenação técnica de todas as actividades de seguimento e avaliação do ONE UN e também através da direcção técnica do Grupo de Trabalho inter-agências sobre o seguimento e avaliação.

As actividades de seguimento e avaliação da Equipa País, serão apoiadas por um Grupo de Trabalho inter agências de seguimento-avaliação, que representa o nível intermédio de mecanismo de gestão de seguimento avaliação. Inicialmente criado em 2008, o grupo foi munido com termos de referência (TR) actualizados em 2011, para garantir que seja reforçado a fim de fornecer apoio contínuo às actividades de seguimento e avaliação estabelecidos pelo plano de seguimento e de avaliação. De acordo com o os TDR aprovados, o Grupo de Trabalho vai ajudar a Equipa País, a fim de i) facilitar a supervisão e integração dos resultados da abordagem coerente sobre os resultados no UNDAF 2012-2016, ii) apoiar e promover a cooperação com o do GCR na elaboração do Quadro de resultados do UNDAF e do plano de seguimento avaliação em termos de resultados e produtos e iii) os sucessos, os desafios e as lições aprendidas com actividades de seguimento e avaliação no UNDAF 2012-2016, a fim de manter um registo de boas práticas relacionadas ao processo de "Delivering as One".

Além disso, sempre no âmbito do UNDAF, o Grupo de Trabalho também será encarregado de apoiar as avaliações de médio prazo e finais, enquanto que os aspectos técnicos da implementação serão geridos pelo GCR / Unidade de Coerência. Num nível mais amplo, o Grupo de Trabalho deve ajudar a Equipa País na sua tarefa de coordenar o sistema de seguimento e avaliação, que é tanto interno como externo. Trata-se de eliminar a duplicação do seguimento e avaliação por várias agências, a fim de otimizar o tempo e os recursos financeiros limitados, colectar e disseminar informações sobre os relatórios de todas as agências das NU promovendo a criação de um banco de dados de estudos, inquéritos,

avaliações, balanços, etc.. e estimular a discussão sobre as ferramentas de "reporting" e seguimento e avaliação do "ONE UN", preparados pelo GCR, para a sua aprovação pela Equipa País. Com relação às actividades "externas", o Grupo de Trabalho deve desempenhar um papel preliminar de facilitador para promover o diálogo, intercâmbio e harmonização com os mecanismos nacionais de seguimento e avaliação.

O plano de trabalho anual do Grupo de Trabalho de seguimento e avaliação é aprovado pela Equipa País no início do ano. O Grupo de Trabalho de seguimento e avaliação é composto por pontos focais nomeados por todas as agências participantes, especialistas em seguimento e avaliação, tanto a nível regional como nacional. A presidência será assegurada por um dos membros do Grupo de Trabalho de seguimento e avaliação, com base numa rotação anual.

O Grupo de Trabalho Interagências sobre o Género e os Direitos Humanos será responsável por promover a integração contínua das questões de género e as abordagens baseadas nos direitos humanos no âmbito do seguimento - avaliação.

A Equipa País das Nações Unidas, que está no topo de uma estrutura piramidal de gestão, fornece a liderança estratégica e visão de seguimento e avaliação do "ONE ONU". É também responsável pela aprovação final de seguimento e avaliação de ferramentas desenvolvidas pela Unidade de Coerência, bem como outras actividades do Grupo de Trabalho de seguimento e avaliação. Durante a implementação do UNDAF 2012-2016a Equipa País receberá Os relatórios trimestrais de seguimento avaliação pelos líderes dos efeitos / eixos sobre o desempenho dos referidos efeitos / eixos. Os relatórios trimestrais incorporarão tanto uma componente de análise como uma componente financeira que irá destacar os resultados obtidos, detectar problemas e identificar as recomendações para uma melhoria. Os relatórios trimestrais são também considerados ferramentas valiosas para a Equipa de País das Nações Unidas, para detectar e promover sinergias e identificar oportunidades de organizar missões de seguimento conjuntas.

O plano de seguimento e avaliação beneficiará do apoio de um quadro motivado do GCR/Unidade de Coerência e dos pontos focais das agências, incluindo o nível regional, que constituirá um contributo para além do Grupo de Trabalho Inter Agência. As Agências são a espinha dorsal da matriz de resultados UNDAF e do plano de seguimento – avaliação correspondente e devem, portanto, participar activamente na sua implementação. Em

particular, que são obrigados a facilitar a recolha mais ampla de dados para acompanhar esses indicadores em que os dados se referem a áreas onde eles têm uma vantagem comparativa.

Um orçamento indicativo é anexado a este Plano e deverá ser financiado através de contribuições específicas de todas as agências participantes. Os termos da participação financeira de cada agência serão definidos numa fase posterior.

PLANO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

O quadro de seguimento e avaliação aqui presente resulta de um intenso diálogo dentro das Nações Unidas em Cabo Verde com os intervenientes nacionais. Reflecte a diversidade, a amplitude, a complementaridade e a vantagem comparativa do "Delivering as One" e foi projectado para responder a múltiplos objectivos.

Primeiro, permite acompanhar as contribuições do SNU no desenvolvimento de Cabo Verde, concentrando esta contribuição nos resultados actuais. Neste sentido, o quadro para o seguimento e avaliação é o principal instrumento para garantir a transparência e responsabilidade e, portanto, uma parte integrante da gestão de programas.

Em segundo lugar, conta fornecer um meio para se concentrar em objectivos nacionais e internacionais do desenvolvimento e de se focalizar no aspecto quantitativo para medir o progresso alcançado para a realização dos principais objectivos de desenvolvimento e objectivos estabelecidos pelas NU, em particular as ODM. As ODM relevantes são inseridas no início da matriz, para facilitar o seu seguimento, como as prioridades e objectivos do Governo.

Em terceiro lugar, pretende-se destacar as questões-chave de desenvolvimento que são o assunto do mandato das agências das NU.

Finalmente, ajuda a identificar as lacunas e limitações na capacidade dos sistemas estatísticos nacionais.

O quadro de seguimento e avaliação, na verdade reflecte os princípios e as sinergias do "Delivering as One". No entanto, inclui diferentes tipos de indicadores - desde os mandatos das agências ou projectado ex-novo por todo o Equipa dos países-SIDA convergindo no sentido de desenvolver uma visão comum de "Uma ONU" em Cabo Verde. O seguimento e avaliação representam um equilíbrio inovador da unidade na diversidade

Em relação à escolha de indicadores a Equipa País decidiu priorizar o uso de indicadores cujos dados são produzidos pelo sistema estatístico nacional, escolhendo, portanto, empenhar-se mais para alcançar os objectivos da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e renovar o

seu apoio para fortalecer a eficácia dos sistemas de seguimento-avaliação e seus desenvolvimentos. Portanto, apoia-se nos sistemas existentes sempre que possível e quando exequível, e pretende apoiar as áreas em que é necessário um reforço posterior. O quadro e seguimento e avaliação tornam-se portanto, um documento que visa desenvolver a capacidade de diálogo com os parceiros locais em termos de produção estatística, que é relevante para o desenvolvimento de um país com o perfil de Cabo Verde.

Sempre que os dados nacionais não estavam disponíveis ou era necessário que fossem completados, foram concebidos os indicadores específicos da Equipa País com base em estudos e pesquisas. Os estudos são projectados para suprir a falta de informações qualitativas, por exemplo, o conteúdo das políticas, a adesão aos instrumentos internacionais ou a utilização sistemática de dados desagregados, enquanto as pesquisas se destinam a complementar os dados quantitativos com os qualitativos com base nas percepções. As pesquisas são uma fonte valiosa de informação para os indicadores porque asseguraram que as vozes de todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis, são ouvidas e consideradas. Durante o próximo ciclo de programação, as NU trabalharão para reduzir as desigualdades, as disparidades e a exclusão: as pesquisas são uma ferramenta fundamental para este fim e as Equipas País devem ser estimuladas, quando possível, a promover este tipo de fonte de dados. A Equipa País de Cabo Verde acolheu esta recomendação, conforme indicado no quadro de seguimento e avaliação. É importante enfatizar que o uso e o alcance das investigações foram discutidos e aprovados pela contrapartida nacional, que reconhece a importância do reforço das suas capacidades em matéria de análise das percepções para orientar e redireccionar a elaboração das políticas.

Face ao exposto, é certo que o quadro de seguimento e avaliação foi concebido para fortalecer, directa e indirectamente, o controlo nacional e isto é de avaliação, através do uso extensivo de dados produzidos nacionalmente e através da introdução de novas informações no sistema nacional. Outro grupo de indicadores - muito menos - é composto por indicadores específicos das agências que têm sido utilizados ou adaptados, quando poderiam assegurar, em todas as fases, um elevado nível de representatividade.

A escolha dos indicadores é baseada na análise de custos de oportunidade para a obtenção e processamento de informações que são relevantes para ambos os parceiros nacionais para a Equipe de País ONU. As actividades de seguimento e avaliação têm um custo de oportunidade; convém economizar dinheiro e gerir o tempo disponível e os recursos financeiros. Por conseguinte, seria desejável ter uma contribuição estável e constante para permitir, a um

custo mínimo, melhores decisões e melhorar a aprendizagem, transparência e responsabilidade.

Os indicadores incluídos no quadro de seguimento-avaliação têm um papel de advocacia forte e visam reforçar o diálogo com e entre os parceiros nacionais, não só a capacidade de desenvolver iniciativas orientadas para o sistema estatístico nacional, mas também sobre a política e priorização, em geral, a, participação e a avaliação. Os indicadores colocam indirectamente em evidência as lacunas de dados na capacidade de seguimento e avaliação das contrapartidas nacionais, que serão sucessivamente abordadas pelo UNDAF em particular pelo Eixo II e, mais genericamente, por todo o programa.

Além disso, têm um valor actual uma vez que se aplicam às reais necessidades das políticas actuais. Consideram as comparações internacionais e as tendências ao longo do tempo, já que são facilmente e regularmente actualizados. Permitem também a análise das desigualdades, através da adopção sistemática de estratificações adequadas, tais como sexo, idade, status socioeconómico e localização geográfica. As NU, através da matriz dos resultados do seguimento -avaliação, incentivará uma maior desagregação dos dados a todos os níveis e apoiarão o desenvolvimento de habilidades necessárias para alcançar este objectivo. A desagregação dos dados em todos os níveis impede que as disparidades sejam escondidos atrás dos meios e permite direccionar as intervenções programáticas de forma eficaz.

Para assegurar a máxima precisão, clareza e transferência de informação, foram introduzidos metadados no plano de avaliação e seguimento. O protocolo descreve em pormenor todos os indicadores utilizados como ferramentas operacionais para controlar, colectar, processar e desenvolver as informações.

Os indicadores serão revistos uma vez por ano durante a revisão anual. Isto tem por objectivo assegurar que o quadro de seguimento - avaliação é uma ferramenta actualizada que pode adaptar-se com flexibilidade a novas circunstâncias. No entanto, têm sido feitos esforços para assegurar que o quadro adopte uma perspectiva de longo prazo. Isso fará com que as eventuais alterações sejam mais fáceis, além de menos necessárias. A fiscalização será realizada durante a revisão anual para garantir que todos os parceiros da Equipa País e todos os parceiros nacionais estão envolvidos nesta revisão e redefinição eventual, tal como recomendado nas orientações.

O CRONOGRAMA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

O cronograma de seguimento e avaliação fornece um relato cronológico dos inquéritos e estudos avaliações, exames, relatórios e sistemas de seguimento que irão apoiar as actividades de seguimento - avaliação da Equipa País no âmbito do UNDAF 2012-2016. Por conseguinte, este cronograma foi projectado para melhorar a coordenação, fornecendo um planeamento anual de todas as actividades principais de seguimento – avaliação que a Equipa País decide empreender.

Os inquéritos e estudos fornecem as bases para o seguimento e avaliação de alguns indicadores incluídos no quadro do seguimento-avaliação, isto é, aqueles que não derivam do sistema nacional de seguimento-avaliação.

As avaliações destinam-se a estimar os progressos realizados pelas NU em termos de eficácia e de impacto sobre o desenvolvimento de um país e da relevância, efectividade, eficiência, sustentabilidade e suas contribuições à realização das prioridades nacionais. As avaliações ajudar a identificar problemas e possibilidades de aplicação bem como obstáculos, e facilitam, quando da programação, a formulação de estratégias de ajustamento para superar os obstáculos e melhorar o desempenho através da partilha de experiências e lições aprendidas que também irá ajudar a projectar o próximo programa. Também permitirão igualmente determinar como o UNDAF tem promovido sinergias entre as agências das NU, a fim de contribuir de forma mais eficaz e eficiente para os esforços nacionais de desenvolvimento no âmbito do "Delivering as One". Serão realizada uma avaliação intercalar e final e serão reforçadas por duas fichas de avaliação sobre o género.

Revisões anuais acompanharão as avaliações e serão realizadas de forma altamente participativa com a participação activa de todos os parceiros das Nações Unidas.

As revisões anuais satisfarão várias finalidades:

- Avaliar o progresso alcançado em relação aos produtos e analisar os resultados mais importantes e as limitações relativamente aos efeitos previstos, traçar as consequências inesperadas, maximizar a aprendizagem e permitir o reposicionamento para reflectir a contínua relevância do SNU em Cabo Verde.
- Reavaliar a contribuição dos parceiros e adaptá-la, para garantir que os padrões de desempenho são constantes.
- Examinar, num ambiente mais amplo, as mudanças e suas implicações sobre o desempenho global no futuro, identificar os constrangimentos e desafios potenciais para o próximo ano e reflectir sobre os riscos e os pressupostos que fundamentam o UNDAF.

- Formular recomendações de ajustes e avaliar se as recomendações anteriores foram incorporadas.
- Permitir a revisão geral de todos os instrumentos de seguimento-avaliação, especialmente os de seguimento-avaliação, incluindo indicadores, riscos e pressupostos, para assegurar que o quadro seja um documento actualizado que responde às mudanças de circunstâncias e, portanto, seja eficaz na condução de estratégias.

Para reduzir os custos de transacção e maximizar a eficiência, a revisão anual deve ser realizada em conjunto com o relatório anual.

Dada a natureza específica de Cabo Verde como um país "Delivering as One" a Equipa País continuará a produzir um relatório anual One UN, bem como uma relatório das Nações Unidas a médio prazo, que irá satisfazer as exigências do Governo e doadores. O formato, ainda se concentra sobre as orientações existentes, visa minimizar a duplicação de transmissão de relatórios pelas agências e pode ser um instrumento operacional para encorajar sinergias e partilhar lições aprendidas.

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Inquéritos/ Estudos	Inquérito de satisfação e de percepção		Inquérito de satisfação e de percepção		Inquérito de satisfação e de percepção
	Políticas e programas setoriais que integram respostas explícitas à redução da pobreza				Políticas e programas setoriais que integram respostas explícitas à redução da pobreza
	Análise de dados relevantes produzidos pelo SEN integrados nos programas, políticas e estratégias				Análise de dados relevantes produzidos pelo SEN integrados nos programas, políticas e estratégias
	Relatórios sobre as convenções e tratados internacionais produzidos diligentemente e comparáveis com os índices internacionais	Relatórios sobre as convenções e tratados internacionais produzidos diligentemente e comparáveis com os índices internacionais	Relatórios sobre as convenções e tratados internacionais produzidos diligentemente e comparáveis com os índices internacionais	Relatórios sobre as convenções e tratados internacionais produzidos diligentemente e comparáveis com os índices internacionais	Relatórios sobre as convenções e tratados internacionais produzidos diligentemente e comparáveis com os índices internacionais
	Integração da redução das disparidades nas políticas e programas setoriais				Integração da redução das disparidades nas políticas e programas setoriais
	Disponibilidade de dados desagregados por cidade nos sistemas de informação das instituições				Disponibilidade de dados desagregados por cidade nos sistemas de informação das instituições
	Integração da análise sobre a natureza, profundidade e os determinantes das disparidades nos documentos				Integração da análise sobre a natureza, profundidade e os determinantes das disparidades nos documentos de planeamento

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

	de planeamento (Localizando MDG).				(Localizando MDG)
	Leis nacionais, locais e sectoriais relativas aos AME		Leis nacionais, locais e sectoriais relativas aos AME		Leis nacionais, locais e sectoriais relativas aos AME
Avaliações	Avaliação Final do DECRP II (UNICEF, UNFPA e outras agências das NU)	Contribuição das Nações Unidas à gestão ambiental, à redução dos riscos e ao reforço da resiliência em Cabo Verde (PNUD, UNFPA, UNICEF, em parceria com outras agências das NU)	Avaliação intercalar do UNDAF	Avaliação de resultados em termos de crescimento inclusivo e bem-estar social (PNUD, UNFPA e UNICEF)	Fim do ciclo de avaliação do UNDAF.
			Ficha de avaliação sobre o género	Retrospectivas e impactos prospetivos dos compromissos tomados em matéria de direitos humanos e das ODM de Cabo Verde (UNICEF, UNFPA e outras agências das NU)	Ficha de avaliação sobre o género
			Avaliação a médio prazo do apoio à prestação de serviços a nível local (PNUD, UNFPA e UNICEF)		
Revisões	Revisão anual do UNDAF	Revisão anual do UNDAF	Revisão anual do UNDAF	Revisão anual do UNDAF	Revisão anual do UNDAF

QUADRO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE (2012- 2016)

Relatórios	Relatório anual "One UN"				
	Relatório de revisão intercalar do "One UN"				
Sistema de acompanhamento	Relatório das ODM	Relatório das ODM	Relatório das ODM	Relatório das ODM	

ORÇAMENTO INDICATIVO 2012-2016 UNDAF (em USD)

Valor em USD	2012	2013	2014	2015	2016
INQUÉRITOS					
Inquérito familiar	27244		27244		27244
ESTUDOS					
Redução da pobreza	3600				3600
Integração de dados estatísticos	1800				1800
Relatórios sobre os tratados internacionais	1800	1800	1800	1800	1800
Dados desagregados	900				900
Cumprimento das AME	3600		3600		3600
AVALIAÇÃO					
Intercalar e fim do ciclo			110000		110000
Ficha de avaliação sobre o género			5000		5000
REVISÕES					
Anual					
TOTAL	38944	1800	147644	1800	153944

